



Universidade de Brasília- UnB
Instituto de Humanas- IH
Departamento de Serviço Social- SER
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Daiara Leite da Silva

Os caminhos da rua dos adolescentes no Distrito Federal: Um estudo específico na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua (UNACAS), no período de Agosto de 2014 a Março de 2015.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Lucia Lopes da Silva

Brasília - DF, Junho de 2015.

DAIARA LEITE DA SILVA

Os caminhos da rua dos adolescentes no Distrito Federal: Um estudo específico na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua (UNACAS), no período de agosto de 2014 a março de 2015.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Lopes da Silva.

Brasília - DF, Junho DE 2015.

DAIARA LEITE DA SILVA

Os caminhos da rua dos adolescentes no Distrito Federal: Um estudo específico na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua (UNACAS), no período de agosto de 2014 a março de 2015.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 29/06/ 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva
Orientadora - Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Profª. Me. Priscilla Maia de Andrade
Examinador Interno - Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Assistente Social Fabrícia da Hora Pereira
Examinador Externo - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Brasília, Junho de 2015.

ACASO

Cada um que passa em nossa vida,
passa sozinho, pois cada pessoa é única
e nenhuma substitui outra.

Cada um que passa em nossa vida,
passa sozinho, mas não vai só
nem nos deixa sós.

Leva um pouco de nós mesmos,
deixa um pouco de si mesmo.
Há os que levam muito,
mas há os que não levam nada.

Essa é a maior responsabilidade de nossa vida, e a
prova de que duas almas
não se encontram ao acaso.

(Antoine de Saint-Exupéry)

Agradecimentos

A minha mãe, Sebastiana, por todo amor, incentivo e por sempre acreditar que sou capaz.

Ao meu pai, José.

Aos meus irmãos: Francisco, Dária e Débora, por a amizade, amor, companheirismo e por sempre estarem comigo em todos os momentos.

Ao Fernando, pelo incentivo, paciência e por ter um lado bom para todas as situações, pelas brincadeiras, enfim por todo amor.

Aos meus primos: Saul, Séfora, Sophia, Matheus, Hugo, Samuel, Arthur, Maurenir e Yves, por nossos reencontros serem cheios de alegrias.

Aos meus tios: Afonso, Sara, Isabel, Luzia, Ana Maria, Margarida e Beto por todo incentivo e amor.

A tia Luzirene, pelo incentivo, apoio, carinho, preocupação e inspiração.

Aos meus sobrinhos: Pedro Júnior, Elias, Eduardo, Gustavo, Isabella e Iasmin por todo amor, e por sempre me encher de esperança e coragem. Obrigada, pela existência!

A minha amiga Jéssica Gillian, por me fazer companhia nessa caminhada e me confortar nos momentos de desespero, por as gargalhadas e as conversas.

Aos meus amigos: Raylane, Emanuelle, Janaina, Marcos, Renato, Luiza, Maria Lúcia e Bruno pela amizade, e por tornar a caminhada mais leve e alegre. Grata!

A professora orientadora Maria Lúcia Lopes, pela paciência e dedicação.

A Priscilla Maia de Andrade e Fabrícia da Hora Pereira por aceitarem participar da banca.

Enfim, a todos que fizeram parte dessa jornada, minha gratidão!

Lista e Siglas

- CESA - Centro de Estudos Supletivos Asa Sul
- CF - Constituição Federal
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CSA - Casa Santo André/ cidade acolhedora
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- EMMP - Escola Meninos e Meninas do Parque
- FAP/DF - Fundação de Apoio à Pesquisa
- FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
- GDF - Governo do Distrito Federal
- IH - Instituto de Humanas
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MNMMR - Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua
- PPP - Projeto Político Pedagógico
- PROEM - Escola do Parque da Cidade
- SEDHS - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SER - Departamento de Serviço Social
- SER - Departamento de Serviço Social
- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UNACAS - Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua
- UnB - Universidade de Brasília

Lista de Quadro

- Quadro 1 - Perfil dos adolescentes atendidos na UNACAS no período de agosto de 2014 a março de 2015Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 2 - Característica dos adolescentes atendidos pela UNACAS no período de agosto de 2014 a março 2015 45**
- Quadro 3 - Relação dos adolescentes na UNACAS com a política social no Distrito Federal – DF, no período de agosto de 2014 a março de 2015..... 46**
- Quadro 4 – Principais causas que conduziram os adolescentes atendidos pela UNACAS à situação de rua no período de agosto de 2014 a março de 2015..... 47**

Resumo

Este trabalho procurou conhecer os motivos que conduziram à situação de rua os adolescentes que são atendidos na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua - UNACAS, no período de agosto de 2014 a março de 2015. Buscou-se evidenciar o perfil, as características, a relação destes adolescentes com a política social e por fim, os motivos que conduziram os adolescentes atendidos na UNACAS a rua. É importante ressaltar que a maioria dos adolescentes atendidos na UNACAS é do sexo masculino e negro. A relação com a política social é basicamente com as políticas de saúde e educação. Para tal, adotaram-se como perspectiva analítica os fundamentos da teoria social crítica e como método o materialismo histórico dialético, com a finalidade de obter aproximações sucessivas do real.

PALAVRAS-CHAVES: Situação de Rua, Adolescente, Política Social.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 - As desigualdades sociais no capitalismo como determinantes do desenvolvimento individual e dos sonhos dos adolescentes: a situação de rua como exemplo.	Erro! Indicador não definido.
1.1. O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA: ASPECTOS CONCEITUAIS E CARACTERÍSTICA	19
Capítulo 2 - Crianças e adolescentes em situação de rua e suas relações com as políticas sociais	29
Capítulo 3 - As principais causas da situação de rua dos adolescentes com passagem pela UNACAS no período de agosto de 2014 a março de 2015.	38
3.1 POLITICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO DISTRITO FEDERAL.....	39
3.2. RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA COM OS ADOLESCENTES ATENDIDOS NA UNIDADE DE ACOLHIMENTO PARA ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA – UNACAS NO PERÍODO DE AGOSTO DE 2014 A MARÇO DE 2015.	41
3.3. OS DETERMINANTES DA SITUAÇÃO DE RUA DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS PELA UNIDADE DE ACOLHIMENTO PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA - UNACAS	48
Considerações Finais	52
Referências	54
Anexo I	57
Anexo II	59
Anexo III	60
Anexo IV	64
Anexo V	67

Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC constitui requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília- UnB. Realizou-se a pesquisa para fins de desvelar o seguinte problema manifesto em forma de pergunta de partida: Quais as principais causas que conduzem os adolescentes que são atendidos na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua- UNACAS à situação de rua?

A população em situação de rua é constantemente marginalizada, oprimida e vítima de preconceito e discriminação. Esse grupo populacional faz parte de uma camada social de extrema pobreza, como diz Silva:

destarte, a pobreza é imanente à ordem capitalista e só eliminada com a superação dessa estrutura social. A pobreza extrema definida pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ao inexistente acesso à riqueza produzida socialmente é uma das condições caracterizadoras da população em situação de rua. (SILVA, 2009, p.29).

A desigualdade social decorrente da estrutura do sistema capitalista acarreta o aumento da população em situação de rua, uma vez que os indivíduos são responsabilizados pela sua condição social. Nesse contexto, a população em situação de rua faz parte do exército industrial de reserva, pois, na sociedade regida sob a ótica capitalista, não há posto de trabalho para todos. Assim milhares de seres humanos são conduzidos ao desemprego a partir desse fenômeno e boa parte dessas pessoas passa a vivenciar a situação de rua.

Segundo Iamamoto (2009), a sociedade capitalista no desenvolvimento social “encontra-se em processo de criação e negação”.

Do ponto de vista da população trabalhadora, este processo se expressa numa pauperização crescente em relação ao crescimento do capital. Não se trata, necessariamente, de pauperização absoluta, mas relativa à acumulação do capital, que atinge a globalidade da vida da classe trabalhadora. A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação, moral e intelectual do trabalhador (...). O período da infância se reduz pelo ingresso precoce de na atividade produtiva. (IAMAMOTO, 2009, p. 66).

Desse modo, a população em situação de rua constitui expressão das desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista. Como afirma Silva, “o fenômeno população em situação

de rua é uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultante das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão inconteste da questão social.” (SILVA, 2009, p. 105).

Nesse sentido, ao analisar o fenômeno população em situação de rua, destaca-se o grupo adolescente em situação de rua, sobre os quais a ausência de políticas sociais tem o efeito de torná-lo mais invisíveis socialmente. Trata-se de categoria que possui demanda de atendimento prioritário em qualquer classe social. Quando pertencem à classe trabalhadora, essa necessidade de atendimento prioritário se torna mais presente pelo fato de não conseguirem conquistar as condições suficientes para o atendimento de suas necessidades. Como afirma Sales: “(...) os adolescentes pobres e/ou autores de ato infracional estão no cerne do debate atual sobre a questão social, violência, sociabilidade, cultura, justiça, e direitos humanos.” (SALES, 2007, p. 31).

Isso por si só já justificaria o objeto realizado por meio deste estudo: “os caminhos da rua dos adolescentes no Distrito Federal: Um estudo específico na Unidade de Acolhimento para Adolescente em Situação de Rua- UNACAS, no período de agosto de dois mil e quatorze a março de dois mil e quinze”.

A Unidade de Acolhimento para Adolescente em Situação de Rua- UNACAS recebeu esse nome, em outubro de 2013, determinado por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS. A unidade funciona nas mesmas instalações em que funcionava o Projeto Giração¹ coordenado pelo Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua - MNMMR. Quando o Governo do Distrito Federal – GDF tomou partido em relação a esse projeto por meio da SEDHS, a princípio, manteve pessoas ligadas ao MNMMR na coordenação dos trabalhos juntamente com os profissionais da SEDHS. Todavia, por divergências ideológicas essa relação entre o MNMMR e o governo não favoreceu o desenvolvimento das atividades sociais, e atualmente a unidade é coordenada pela SEDHS.

¹ O objetivo do Projeto Giração consistia em intervir política e pedagogicamente nas situações de violência, exploração, risco e vulnerabilidade, a que estão submetidos essas crianças, adolescentes e jovens. Para isso adota duas frentes de ação que atuam em interação contínua e permanente: com adolescentes e jovens que desenvolvem atividades laborais no mercado informal (engraxates) e com crianças e adolescentes que estão nas ruas exploradas no trabalho infantil, na mendicância, no tráfico de drogas, na exploração sexual, dentre outros, (com adaptações). Disponível:<<http://www.salvemascrianças.org>> Acesso em: 25 de maio de 2015.

O Projeto Giração foi extinto, nas mesmas instalações funciona a Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua- UNACAS.

O público da instituição é adolescente em situação de rua com idade entre 12 e 17 anos. A unidade possui vagas para vinte adolescentes, mas a quantidade de adolescentes acolhidos fica em torno de dez.

A UNACAS atua em todo o Distrito Federal e possui natureza pública, porém, ainda não está totalmente normatizada². Seus serviços destinam-se aos adolescentes em situação de rua com vínculos familiares fragilizados cujo objetivo geral é manter o adolescente afastado da rua, fortalecendo os seus vínculos familiares, com a responsabilidade de sensibilizá-los e conduzi-los para novos caminhos sociais.

O adolescente em situação de rua que utiliza os serviços da UNACAS possui vínculos familiares fragilizados, são vítimas de exploração e abuso sexual. A maioria dos adolescentes faz uso de álcool e outras drogas. São meninos e meninas inseridos em um contexto social que lhes afeta o desenvolvimento individual em várias dimensões. A falta ou insuficiência de renda, o não acesso às políticas sociais são fatores presentes na vida desses adolescentes. Alguns deles nunca frequentaram a escola, não sabem ler nem escrever.

O interesse em pesquisar esse tema surgiu com base na experiência de estágio obrigatório em serviço social, exigência do Departamento de Serviço Social – SER da Universidade de Brasília-UnB, na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua - UNACAS, durante o qual começou a surgir as seguintes indagações: Por que tantas crianças e adolescentes estão em situação de rua? Teria sido as relações familiares? O contexto econômico e social? Quais as principais causas da situação de ruas dos adolescentes atendidos pela UNACAS? Quais fatores contribuem para a situação de rua? Fatores econômicos, fatores sociais? Qual seria a faixa de renda predominante destes adolescentes que estão acolhidos na UNACAS? Qual a faixa etária mais suscetível aos fatores que conduzem à situação de rua? Esses adolescentes frequentaram escolas antes dessa situação? Qual a relação com o trabalho? Existem políticas públicas no Distrito Federal para atender esses adolescentes? A insuficiência de políticas seria um fator determinante deste fenômeno? Essas inquietações foram avolumando-se e determinaram a escolha do objeto de pesquisa.

No intuito de desvelar o objeto e aproximar processualmente de sua essência, partimos da hipótese que a situação de rua dos adolescentes que frequentaram a UNACAS é

² O Projeto Político Pedagógico - PPP encontra-se em fase de desenvolvimento.

multideterminada, pois existem vários fatores conjugados que conduzem crianças e adolescentes à situação de rua, entre eles a insuficiência de renda familiar, a falta de políticas pública acessíveis, a baixa escolaridade e a dificuldade de inserir o adolescente em programas e cursos profissionalizantes que exigem escolaridade superior à que eles possuem.

Com este trabalho, espera-se contribuir com a formação profissional dos estudantes do curso de serviço social, com informações sobre o fenômeno população em situação de rua, especialmente, os adolescentes, visto que o curso estuda as expressões da questão social em que este fenômeno se enquadra. Da mesma forma, espera-se contribuir com os assistentes sociais que trabalham com esse grupo populacional, a fim de que “as causas da rua” sejam reveladas.

O objetivo geral da pesquisa proposta neste Trabalho de Conclusão de Curso consistiu em compreender os principais motivos que levam os adolescentes à situação de Rua, bem como analisar as políticas existentes no Distrito Federal voltada para esse grupo populacional, no sentido de assegurar os direitos resguardados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Constituição Federal (CF). Dessa forma, buscou-se identificar as causas e o perfil dos adolescentes em situação de rua, bem como analisar as políticas existentes para esses adolescentes no Distrito Federal – DF.

A metodologia de pesquisa seguiu as diretrizes e fundamentos do materialismo histórico dialético, nesse sentido, três categorias presentes no método de Marx foram essenciais: totalidade, contradição e mediação, pois foi preciso situar o objeto no dinamismo da realidade, da produção e reprodução das relações sociais. E, como afirma Netto:

a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica — seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades, seriam totalidades inerentes, mortas — e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. (NETTO, p. 691).

Desse modo, compreende-se que a realidade é dinâmica e, no dinamismo da realidade e das relações sociais, surgem as contradições sociais. Segundo Boschetti, “A investigação sob o enfoque do método dialético proposto por Marx consiste, precisamente, em situar e compreender os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas e inseridos na perspectiva de totalidade.” (BOSCHETTI, p. 7).

Assim, o objeto foi investigado e analisado à luz da teoria social crítica adotando-se como método o materialismo histórico dialético para chegar a um resultado acerca dos motivos que conduzem esses adolescentes atendidos na UNACAS à situação de rua.

A pesquisa foi documental e teve a análise documental como técnica essencial com o intuito de compreender como ocorrem as determinações para os adolescentes irem para a rua e conseqüentemente o atendimento na instituição. Assim, fizeram-se necessários os seguintes procedimentos básicos:

- revisão bibliográfica no material especializado referente ao tema pesquisado, tais como: livros, teses, dissertações, artigos e revistas.
- análise documental, a pesquisa foi baseada na análise de documentos da instituição, referente aos adolescentes, como: prontuários, relatórios e pareceres. A opção por esse procedimento se justificou pelo fato da pesquisa propor identificar os caminhos da rua para os adolescentes, e esta ser a forma mais acessível de conhecer a história de vida e os fatos que os conduziram a rua.

Diante da limitação dos dados, subsidiariamente, recorreu-se aos seguintes procedimentos:

- aplicação de questionário com questões abertas e fechadas, aplicado, junto aos técnicos da UNACAS, em caráter complementar, com o propósito de suprir as lacunas não fechadas pela análise da documentação e revisão bibliográfica e obter informações referentes aos determinantes que conduzem os adolescentes atendidos na UNACAS à rua no período de agosto de 2014 a março de 2015.
- após a coleta de dados por meio de questionário aplicados junto aos servidores (assistente social, psicólogo e cuidador social), os mesmos foram analisados e permitiram as conclusões preliminares sobre as causas da situação de rua dos adolescentes no Distrito Federal, com especificidade na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS³.

³ Todos os servidores que responderam ao questionário assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido-TCLE em respeito às normas de ética em pesquisa, além da autorização expressa da coordenação da UNACAS.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está organizado da seguinte forma: além desta introdução, contém três capítulos. O Capítulo 1. As desigualdades sociais no capitalismo como determinantes do desenvolvimento individual e dos sonhos dos adolescentes: a situação de rua como exemplo; Capítulo 2. Adolescentes em situação de Rua na UNACAS: perfil, características e relações com as políticas sociais; e Capítulo 3. As principais causas da situação de rua dos adolescentes com passagem pela Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS, no período de agosto de agosto de 2014 a março de 2015.

Capítulo 1 – As desigualdades sociais no capitalismo como determinantes do desenvolvimento individual e dos sonhos dos adolescentes: a situação de rua como exemplo.

O trabalho é central na vida humana. Para desvelar o objeto de pesquisa foi necessário fundamentá-lo teoricamente, levando-o em consideração, o que justifica este capítulo, pois o trabalho é fundante do ser social, o que nos leva a interpretá-lo como princípio de qualquer relação social. Por meio do trabalho o homem pode modificar a natureza, diferente dos animais não humanos. Nesse sentido torna-se uma característica essencialmente humana.

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto [...] comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 1983: 149-150, 153. *apud*. Netto e Braz, 2006, p. 31- 32).

Diferentemente das abelhas que agem instintivamente e biologicamente para fazer a colmeia, o trabalho humano é planejado para atender a um fim, conforme discorre Netto e Braz 2006, p.32 “O *fim* (a finalidade) é como que *antecipado* nas representações do sujeito: idealmente (mentalmente, no seu cérebro), *antes* de efetivar a atividade do trabalho, o sujeito prefigura o resultado da sua ação.”, ou seja, o homem pode modificar a natureza e prever a ação sob ela, possui a capacidade teleológica, isto é, possui uma prévia ideação das ações. A prévia ideação elemento essencial para a concretização do trabalho (ou objetivação). Como nos lembra Netto e Braz (2006, p.32) “A realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se **objetiva**, isto é, quando a matéria natural, pela **ação material** do sujeito, é

transformada. [...] Assim , a realização do trabalho constitui uma **objetivação** do sujeito que o efetua” .

Com a objetivação efetuada pelo sujeito, é permitido fazer escolhas, tais escolhas são consideradas por Netto e Braz (2006) como *avaliações*, dessa forma o sujeito deve conhecer a matéria prima da natureza, por meio do conhecimento prévio para que possa produzir e reproduzir o trabalho. Desse modo, a modificação da matéria prima encontrada na natureza possibilita a criação e a reprodução de novos instrumentos de trabalho. Como Netto e Braz (2006, p. 33) colocam “Tanto a feitura de instrumentos quanto a de produtos [...] exige que o sujeito conheça as propriedades da natureza.” Assim, modifica a natureza e passa adiante os conhecimentos adquirindo anteriormente, aumentando as ferramentas de trabalho e o conhecimento referente à matéria prima a ser modificada.

Não basta prefigurar idealmente o fim da atividade para que o sujeito realize o trabalho; é preciso que ele reproduza, também idealmente, as condições objetivas em que atua [...] e possa transmitir a outrem essas representações. Estás, a pouco e pouco, tendem a se desprender da experiência empírica imediata - tendem recobrir outras situações, projetadas para outros lugares e tempos; ou seja: a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsionado e estimulado a generalizar e a *universalizar* os saberes que detém. Ora, tudo isso requer um sistema de comunicação que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona a fenômenos que não se configuram como processos naturais, mas a fenômenos surgidos no âmbito do ser que trabalha – por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a linguagem articulada) que, além de *aprendida*, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca (NETTO e BRAZ, 2006, p. 33).

O homem difere dos outros animais, possui a capacidade racional. Ele torna a linguagem elemento fundamental para a comunicação com outro ser da mesma espécie e assim constituir as relações sociais. Com as relações sociais cria outra forma de trabalho: o trabalho coletivo. Por meio do trabalho coletivo o homem interage dentro de uma sociabilidade. Como diz, Netto e Braz (2006), Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substancialmente, aquilo que denominará de **social**. Ou seja, transforma a vida em sociedade e as relações sociais produzidas:

Com o desenvolvimento da natureza humana os homens obrigam-na a lhes dar os materiais necessários para a produção e reprodução da vida social; diferentemente do trabalho realizado por outros seres puramente naturais, o trabalho humano medeia às trocas metabólicas do homem com a natureza, produz novas experimentações para satisfação de novas necessidades e, também, a obriga a novas respostas. Ademais, como os demais seres orgânicos o homem igualmente apanha o que a natureza lhe dá. (GRANEMANN,2009 P.5)

O trabalho é fundante do ser social, e mediador da vida em sociedade, partindo dessa perspectiva, compreende-se que o trabalho cria as relações sociais:

A concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana (Granemann, 2009, p.4).

O processo de transformação da natureza - construção de objetos - o homem constrói elementos para suprir as necessidades humana, mas ao criar os objetos, o homem não modifica somente a natureza, mas se modifica também criando novas necessidades e novas habilidades. Para Granemann (2009, p. 5) “o trabalho é criação, é motor de civilização e fonte de realização das potencialidades da natureza social do homem que ao criar o trabalho é recriado e modificado pela atividade a que deu vida.” O trabalho é elemento essencial na sociedade capitalista.

[...] com o desenvolvimento do modo capitalista de produzir os bens necessários à vida humana, as relações sociais tiveram, contraditoriamente, de assumir seu caráter social e o trabalho passou a ser obra de contrato livremente acordado entre os homens sem outras mediações, como a herança genética, as divindades e os heroísmos outorgantes de lugares privilegiados nas diferentes estruturas sociais (GRANEMANN, 2009, p.6).

Assim, o trabalho é elemento fundamental para a formação da sociedade, para vivermos em comunidade, e foi por meio do trabalho que chegamos à atual sociabilidade.

1.1. O adolescente em situação de rua: Aspectos conceituais e características

Para iniciar a análise será imprescindível compreender o termo população em situação de rua, como referência utiliza-se a perspectiva apontada no livro “Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil” de Silva, a qual nos diz:

[...] Optamos pela terminologia “população em situação de rua”, não para aludir a um tempo passageiro de permanência na rua [...] Ao contrário consideramos essa expressão mais apropriada para designar o fenômeno e a situação a que são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista. A expressão alude, portanto, a uma situação decorrente, em última instância, da estrutura basilar da sociedade capitalista e não apenas das perdas e infortúnios de indivíduos, uma condição social gerada pela produção capitalista no processo de acumulação do capital, mediante a produção de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à necessidade média de expansão do capital, uma condição não escolhida pelo que nela se encontram, mas que nela foram colocados. (SILVA, 2009, p.137).

Para o senso comum as pessoas em situação de rua⁴ não passam de “vagabundos”, que não querem trabalhar, como se para esta população fosse possível o direito de escolha. Sabe-se que a estrutura social na qual vivemos produz desigualdades sociais profundas e o trabalhador não tem escolhas a não ser vender sua força de trabalho no mercado, mas quando não há vaga suficiente, isso não pode ocorrer. Segundo Marx:

[...] o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender (MARX 1988, p. 189, Apud, GRANEMANN, 2009, p. 8).

Nessa sociedade organizada sob a égide do capital, pressupõe-se a existência de duas classes fundamentais: a classe dominante que detém os meios de produção (composta pelos capitalistas) e a classe que possui apenas a força de trabalho (classe trabalhadora). O que move a lógica capitalista é a obtenção de lucro.

⁴ Compreende que a população em situação de rua faz parte do exército industrial de reserva

Ao estabelecerem relações sociais estes dois sujeitos – que aqui simbolizam relações e interesses de diferentes classes sociais – defrontam-se reciprocamente como possuidores de mercadorias, comprador e vendedor da força de trabalho. Nessa relação reside marca particular da sociedade capitalista: relações sociais são convertidas em relações econômicas quando a força de trabalho é cedida pelo vendedor (o trabalhador) ao comprador (o capitalista) como mercadoria, por tempo determinado sem que o vendedor renuncie a sua propriedade (GRANEMANN,2009, p.7).

A base deste sistema é a produção coletiva e a propriedade privada da riqueza produzida, com base na exploração do trabalho pelo capital. O Estado assume uma posição de mediação nesse processo, geralmente sobre maior influência da classe dos capitalistas, como diz Harvey:

“Não obstante, a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classe e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufactureiros, agrários e rentistas). Políticas relativas à segurança da oferta do dinheiro e aos negócios e relações comerciais externas também tem de ser estruturadas para beneficiar a atividade de negócios.” (HARVEY, 2005, p. 80).

Assim, o Estado atua como regulador desse sistema e na mediação dos conflitos de classe, defendendo os interesses do capital, controlando a acumulação dentro do seu território. Harvey (2005) discorre que o “Estado burguês” tem sido elemento fundamental para expandir geograficamente o capitalismo, mas o capital pode criar outras formas de acumulação independente da intervenção do Estado.

Os processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras, incluindo o parentesco, as diásporas, os vínculos religiosos e étnicos e os códigos linguísticos como formas de produzir intrincadas redes espaciais de atividades capitalistas independentes das estruturas do poder do Estado. (HARVEY, 2005, p.80)

Nesse contexto, a divisão social em classes é a condição geradora de lucro para o capitalista a partir da exploração do trabalhador assalariado. Essa condição desigual é sistematicamente produzida, como diz Silva:

Essa condição é continuamente reproduzida, pois, da mesma forma que o trabalhador produz constantemente a riqueza, sob a forma de capital, o capitalista produz a força de trabalho, sob a forma de trabalhador assalariado. Essa reprodução contínua é a condição necessária da produção capitalista. (SILVA, 2009, p.28).

Desse modo o capital reduz a classe trabalhadora meramente à classe assalariada. O trabalhador não possui domínio sobre o que produz, transformando a produção em um trabalho alienado. Como diz Granemann:

Na relação de venda da força de trabalho como uma mercadoria ao capitalista, muito embora o ser social não possa ser reduzido à mercadoria, para garantir a sua reprodução, para efetuar a compra dos meios de subsistência necessários a sua manutenção, o trabalhador aliena sua força de trabalho ao longo de uma jornada. No entanto, a jornada não findará quando o trabalhador tiver produzido o suficiente para a sua reprodução; o trabalhador não cessará de trabalhar quando tiver produzido os valores para a sua reprodução ou, conforme a alcunha típica do modo de produção capitalista, quando tiver produzido o suficiente para receber um salário. (GRANEMANN, 2009, p.12).

Esse trabalho produzido além da necessidade do trabalhador é denominado excedente, pois é nesse trabalho que o capitalista obtém mais mercadorias, conseqüentemente a mais valia, (o lucro). De acordo com Granemann.

[...] é à força de trabalho em ação, cotidiana e continuamente desumanizada, expurgada do conteúdo de sua segunda natureza que, no modo capitalista de produção, é a base do desenvolvimento do capital. Este não existe senão no processo de produção do trabalho excedente, porque o processo imediato de produção do capital é como indicou Marx, o processo de trabalho e de valorização que tem por resultado o produto-mercadoria e, por motivo determinante, a produção de mais valia (GRANEMANN,2009, p.14).

Nesse contexto, o adolescente filho da classe trabalhadora em geral continuará a ser componente desta classe e estará exposta a toda condição de exploração e opressão a que a esta classe é submetida nesta forma de organização social, sob as leis do capital.

Nesta sociedade sob a égide do capital, não existem postos de trabalho suficientes para toda a população. As populações em situação de rua estão em postos de trabalho precarizados, como: vigias de carros, lavadores improvisados de carros nos estacionamentos, carregadores

mercadorias. Nessas condições encontram-se os adolescentes em situação de rua, majoritariamente são os trabalhos exercidos por esse grupo. Como nos lembra Sales:

Crianças e adolescentes consistem, assim, num dos segmentos sociais que mais exprimem o estado da cidadania e do tratamento dos direitos humanos no Brasil hoje. [...], expressa na falta de projetos de vida, no desemprego, nas dificuldades de acesso a serviços públicos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer de qualidade, [...]. Encontram-se, então, em estado de risco social as novas gerações - *pessoas em desenvolvimento* - que não possuem autonomia e capacidade de auto-sustento, muito embora estejam previstas na constituição (Artigo 227), *proteção integral e prioridade absoluta*, como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade (SALES, 2009, p.90).

Desse modo, compreende-se que o capital atua de forma severa sobre a classe trabalhadora, precarizando as condições de trabalho e contraindo o salário, encontra nessa situação a forma de manter o proletariado sob controle e trabalhando para fins do capital. Nesse contexto Marx, (1996) “Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.” Assim, podemos entender que o capital planeja e alcança o exército industrial de reserva, pois filhos da população em situação de rua não consegue trilhar outro caminho, mantendo também aqueles adolescentes que possuem vínculos familiares fragilizados ou rompidos a disposição do capital, e a mercê das políticas sociais. Como ressalta Sales:

Contraditoriamente, o contexto que projeta a família e as crianças e adolescentes e suas necessidades do cerne da esfera pública e os engrandece como um dos campos fecundos de (re)desenho da cidadania e das políticas sociais no Brasil é o mesmo que o deteriora, corrompe, vulnerabiliza e expõe. É cenário de contradições acirradas pela ordem econômica mundial sob a égide do neoliberalismo, cuja diretriz é a desregulamentação, (...) deixando os trabalhadores navegarem nas águas da imprevisibilidade, do desemprego estrutural, do trabalho temporário. Como se vê o capitalismo no século XXI não está muito preocupado com laços ou com segurança; pelo contrário a palavra de ordem é desamarrear (SALES, 2009, p. 93).

De acordo com a UNICEF, existe 60 milhões de crianças e adolescentes no Brasil. Considera adolescente a faixa etária dos 12 anos aos 17 anos. O adolescente é um ser humano em desenvolvimento, o período da adolescência é uma fase de transição da criança para o adulto, no qual o jovem tem seis anos de amadurecimento até torna-se um adulto⁵.

⁵ Disponível: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>> Acesso em: 25 de Novembro de 2014.

Nesse período os jovens passam por profundas transformações comportamentais, biológicas e alguns conflitos sociais, em busca da identidade. Para o adolescente da classe trabalhadora, esses conflitos tornam-se mais presente no cotidiano diante das necessidades não satisfeitas por insuficiência de renda e de infraestrutura material adequada ao seu pleno desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente define no art.53 os direitos a educação desse grupo populacional, ao explicitar que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

No entanto, o desenvolvimento necessário para a formação da personalidade deste adolescente da classe trabalhadora fica comprometido em decorrência da ausência ou insuficiência de renda e da violação de vários direitos previstos. Por exemplo, quando para de frequentar ou nunca frequentou a escola. Os dados mais recentes do analfabetismo revelados na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que 7,2 milhões de brasileiros que deveriam saber ler e escrever (possuem mais de 10 anos de idade) vive nos estados da região Nordeste. Os resultados do Censo 2010 já mostravam que, entre as crianças e adolescentes na faixa de 10 e 14 anos de idade que trabalhavam 10,5% não frequentavam a escola. Já no grupo de crianças e adolescentes da mesma faixa etária que não trabalhavam, observou-se que o percentual dos que não frequentavam a escola foi menor, 3,1%. Entre os jovens com idade de 15 a 17 anos, dos que trabalhavam 26% não frequentavam a escola. Já entre os que não trabalhavam a taxa dos que não frequentava a escola ficou em 14%⁶.

A falta de renda e o não acesso às políticas sociais por parte das famílias destes adolescentes acabam comprometendo seu pleno desenvolvimento, porque não lhes assegura saúde, educação, moradia, entre outros direitos. Para essas famílias, a vida diária torna-se uma questão de sobrevivência e as crianças e os adolescentes são forçados a trabalhar e/ou assumir responsabilidades que não são próprias de sua idade.

Uma estrutura social que não é capaz de garantir os direitos básicos coletivamente, tão pouco se preocupa com a vida humana. Como ressalta Granemann:

⁶ Disponível: <http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen>. Acesso em: 25 de novembro de 2014

[...] em especial no modo de produção capitalista, não carregam a preocupação de preservar a vida já que a crescente conversão de todas as esferas da sociabilidade humana em processos apropriados pelo capital e tornadas mercadejáveis propiciaram incessantes produção e consumo de mercadorias que têm ameaçado de destruição o planeta⁴. Parâmetros tais convertem a ação laborativa em atividade que produz uma sociabilidade alienada porque exercida com o fito da mercantilização, exclusivamente com o objetivo de auferir lucros para o capitalista e, por essa razão, no modo capitalista de produção impôs-se aos homens forma particular de efetivação do trabalho. (GRANEMANN, 2009, p. 4).

As desigualdades sociais resultantes da estrutura de classes típicas do sistema capitalista privam o jovem da classe trabalhadora do acesso a seus direitos, como por exemplo, o direito a cidadania, a partir do momento que a criança vai para rua uma série de direitos são violados. A criança em situação de rua significa: um adolescente e um adulto em situação de vulnerabilidade social. Esta é uma trajetória de algumas pessoas que se encontram em situação de rua, as constantes violações de direitos da população em situação de rua, com ênfase na criança, de forma individual, como a desigualdade social favorece para o sujeito trilhar os caminhos da rua.

Dessa forma, condena milhares de jovem buscar a sobrevivência nas ruas, em decorrência de ter que buscar subsistência negada por a estrutura capitalista, os adolescentes em situação de rua deparam-se com o crime, o tráfico de drogas, entre situações de barbárie que lhes oprime o viver.

O capitalismo não consegue produzir a quantidade de vagas para assegurar empregos para todos. Isso é incompatível com a lógica que o rege. Assim, há os que não conseguem emprego e termina por compor o chamado “exército industrial de reserva”⁷, na visão marxiana, como a população em situação de rua.

Entende-se que a população em situação de rua é um grupo heterogêneo, que segundo Silva (2009), possui em comum a extrema pobreza, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular.

Silva aponta que o “fenômeno população em situação de rua iniciou nas cidades pré-industriais da Europa”. Chama-se de fenômeno, por não saber tudo a respeito desta população.

Para compreender o fenômeno é necessário compreender também a estrutura e funcionamento do sistema capitalista. Segundo Silva, “a separação entre a força de trabalho e a

⁷ Exército industrial de reserva refere-se ao desemprego estrutural, no modo de produção capitalista para garantir a acumulação de capital é necessário que parte da população ativa esteja desempregada.

propriedade dos meios de produção” foi uma condição indispensável para que o capitalismo se estabelecesse. Assim a produção capitalista só surge quando existe o trabalhador “livre” para vender a força de trabalho. Isto é, quando o trabalhador possui somente sua força de trabalho para vender e transforma-se em um trabalhador assalariado, não detentor dos meios de produção. Assim, o sistema se organizou.

Quando a produção capitalista tornou-se organizada e independente, não mais se limitou a manter a dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção, mas passou a reproduzi-la em escala cada vez maior. A formação de uma superpopulação relativa passou a ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades da acumulação do capital. (SILVA, 2009, p.97).

A população em situação de rua é parte da massa sobrando, na qual Silva (2009) identifica **seis aspectos característicos do fenômeno** (grifo da autora), população em situação de rua: múltiplas determinações; uma expressão radical da questão social; localização nos grandes centros urbanos; o preconceito como marca do grau de dignidade e valor atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno; particularidades vinculadas ao território em que se manifesta e, a tendência à naturalização do fenômeno.

Nas **múltiplas determinações do fenômeno** (grifo da autora), podem ser relacionados a “fatores estruturais como ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, fatores biográficos ligados à história de vida, fatores da natureza ou desastre de massas-terremotos, inundações” (SILVA, 2009, p.105). Compreende-se, que a estrutura da sociedade capitalista, além de fatores ligados a história de vida de cada um e a ausência de direitos básicos condena milhares de pessoas a vivência na rua.

Uma expressão radical da questão social (grifo da autora) entende-se que a população em situação de rua é reflexo do sistema capitalista que se modifica continuamente. “Vale ressaltar que a origem do fenômeno e sua reprodução contínua, vinculadas aos processos inerentes à acumulação do capital, constituem argumentos centrais da caracterização do fenômeno população em situação de rua como expressão radical da questão social”. (SILVA, 2009, p.115).

Terceira característica: é a **localização nos grandes centros urbanos** (grifo da autora), as cidades são os lugares que há mais concentração dessa população pelo fato de obter mais formas de garantir a subsistência, como diz Silva:

É preciso lembrar que a circulação do capital ocorre com maior intensidade nos grandes centros urbanos. Com isso, as alternativas de trabalho para garantir a subsistência diária são favorecidas, ainda que sejam alternativas precárias, como as acessíveis às pessoas que fazem da rua espaço de moradia e sustento. Além disso, nos grandes centros urbanos, as possibilidades de geração de trabalho e renda por iniciativa própria ou por meio de grupos organizados, cooperativas, associação ou outras organizações sociais não governamentais, são mais diversificadas. (SILVA, 2009, p.116).

Assim, a população em situação de rua é um fenômeno especificamente urbano, pois nos grandes centros urbanos há mais circulação de pessoas e capital e fica mais fácil receber “doações” e conseguir algum trabalho informal. Segundo silva, (2009), os centros urbanos possuem infraestrutura mais acessível para esta população suprir as necessidades básicas como: abrigo, higiene pessoal, alimentação que são propiciadas por instituições públicas ou privadas, ainda que em número insuficiente.

A quarta característica é **o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno** (grifo da autora) - é indubitável que as pessoas em situação de rua sofrem constantemente com preconceito e discriminação, o que inibe suas possibilidades de expansão e desenvolvimento como seres sociais.

Como diz Silva “O preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas em situação de rua é um traço típico do fenômeno em todos os países em que ele se manifesta” (SILVA, 2009, p.120).

Quinta característica são **as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta** (grifo da autora), está ligada a regionalidade de cada local, “característica socioeconômica” “hábitos”, “cultura”, “geográficos”, como diz Silva:

No Brasil, um país com dimensão continental, os estudos existentes revelam que algumas particularidades regionais do fenômeno são bem definidas. Por exemplo, em período de inverno rigoroso no sul e sudeste do país há uma menor percepção do fenômeno porque as pessoas por ele atingidas utilizam estratégias para se proteger do frio, recolhendo-se em albergues ou outros espaços e, algumas vezes, deslocando-se, temporariamente, para outras cidades ou regiões. (SILVA, 2009, p.116).

Sexta característica é a **tendência à naturalização do fenômeno** essa característica conduz a legitimação da pobreza e das desigualdades como aspectos naturais e não resultantes da sociedade capitalista, ou seja, há uma tendência de não compreensão dessa expressão da questão social como decorrente da estrutura do sistema capitalista, que a única preocupação é a obtenção de lucro e acumulação de riqueza, como diz Silva:

[...] É uma tendência que se faz acompanhada pela inexistência de políticas sociais universalizantes, capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais na perspectiva de ampliar a cidadania, de garantir cobertura às pessoas que se encontram em situação de rua. É acompanhada também pela quase inexistência de dados e informações científicas sobre o fenômeno, bem como pela convivência incontestada com ele nos grandes centros urbanos. (SILVA, 2009, p.116).

Assim, a população em situação de rua vive diariamente, com a negação de direitos ou falta de acesso a eles por diversas razões, como a falta de documentação. A moradia segundo a Constituição Federal faz parte dos direitos sociais, assim como todos os outros direitos que consta no artigo 6º estão negados a população em situação de rua. **Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.**

Contudo a população em situação de rua possui pessoas de diferente faixa etária, algumas com expressão mais significativa, como o grupo populacional de adolescente.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompleto, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Nesse sentido, os adolescentes possuem todas essas características citadas, porém encontra-se em situação mais delicada, que exige maior proteção porque estão em fase especial de desenvolvimento. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, Art. 3).

Assim, os abrigos e casa lar funcionam como medida de proteção, para garantir os direitos descritos no ECA e na Constituição Federal . O Serviço de acolhimento deverá garantir saúde, educação, lazer aos adolescentes. Esses serviços são garantidos por meio da rede de assistência social.

Nesse sentido, a Unidade de Acolhimento para Adolescentes em situação de Rua – UNACAS, atua para garantir proteção social, com a intenção de tirar o adolescente da vulnerabilidade social das ruas, nessa perspectiva trabalha em defesa dos direitos dos adolescentes em situação de rua no Distrito Federal, proporcionando-lhes acompanhamento psicossocial e trabalhando na perspectiva de reinserção familiar e comunitária.

Capítulo 2. Crianças e adolescentes em situação de rua e suas relações com as políticas sociais

As políticas sociais podem ser compreendidas como medidas voltadas à proteção social da classe trabalhadora. Surgem da correlação de forças entre capital e trabalho e por as reivindicações sociais que aparece na luta de classes que são determinadas pelas condições estruturais do capitalismo. O surgimento não tem precisão:

não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestam na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p. 47).

Assim, compreende-se que as políticas sociais são resultantes de um conjunto de fatores que interagem no modo de produção capitalista, surge em princípio como mediadora da ordem do capital, como afirma Behring (2009). As sociedades pré-capitalistas não privilegiam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social.

Nesse contexto, surgiram leis, como o “código coercitivo do trabalho” Behring (2009), assim o pobre não poderia deixar de vender a força de trabalho, tampouco recusar trabalho independente das condições. As leis foram instituídas com o propósito de obrigar o pobre a trabalhar e garantir minimamente o sustento, como afirma Polanyi (2000), o princípio estruturador dessas leis era obrigar o exercício do trabalho a todos que apresentassem condições de trabalhar, e as ações assistenciais previstas tinham o objetivo de induzir o trabalhador a ter o sustento por meio de seu trabalho.

Essa medida de “regulamentar a pobreza”, de certa forma, serve para manter o controle social e camuflar o que a sociedade organizada sob a ótica capitalista é capaz de fazer com o indivíduo, assim o Estado subsidia políticas como: habitação, saúde, educação, assistência social entre outras, ainda que na maioria das vezes aplicadas de forma precárias, conduz ao dito popular: “temos que ganhar o pão com o suor do próprio rosto” transfere a responsabilidade da

riqueza ou da pobreza para o sujeito, negando a ordem social e as condições individuais de cada um.

[...] O fato de se apresentar como *social* uma medida de política governamental, faz com que pareça boa a população. Assim, quando o governo fala de prioridades sociais, de prioridades humanas, aparece como defensor das camadas pobres, ao mesmo tempo em que oculta e escamoteia a vinculação dessas medidas à estrutura econômica e à acumulação de capital. (FALEIROS, 2009, p. 62).

Em meados do século XIX, surgiu na Europa o Estado do Bem – Estar social também denominado *Welfare State*, com a intenção de garantir minimamente direitos associado à educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

Segundo Potyara, tal fato foi fomentado por dois principais conjuntos de forças em expansão:

- a) a *Revolução industrial*, com a sua capacidade sem precedentes de produzir bens materiais e de poder livrar as classes laborais da pobreza herdada do processo de construção dos Estados nacionais, na Europa Ocidental, desde o fim da Idade Média; e
- b) as *mobilizações sociais* pela conquista de direitos individuais – civis e políticos – sob o efeito da revoluções burguesa (em particular francesa, 1789) que transformaram a antiga ordem feudal na ordem capitalista dominada pela produção mercantil e pela ideologia liberal. (POTYARA, 2009, p. 59).

Esses acontecimentos, apesar de serem estruturados no capitalismo industrial (acumulação de riqueza e divisão desigual dos bens produzidos), resultaram na luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e existência, e a reivindicações de direitos sociais, até então não previsto.

Desse modo, depois das conquistas dos direitos civis, no século XVIII, foi introduzida uma forma avançada de segurança social para a época por Otto Bismarck na Alemanha Imperial, a chamada legislação do seguro social. Segundo Pierson (1991), há uma mudança na concepção liberal conservadora a respeito dos determinantes da pobreza e da importância estratégica de seu controle por parte do Estado.

Essa legislação do seguro social foi um reconhecimento pelas autoridades públicas de que a pobreza está diretamente vinculada com o modo de produção capitalista e que a classe trabalhadora necessitava da proteção do Estado, assim garantindo a manutenção de sua renda caso houvesse doenças, acidentes, envelhecimento, mortes prematuras dentre outra contingência

sociais, Pereira (2009). Embora essa política seja restrita a um grupo específico, o trabalhador, a iniciativa alemã foi um avanço significativo na história da política social. Como elucida Pereira (2009), “[...] significou a inauguração de uma prática, que se faz presente até hoje, de tratar política social como direito requerido pela sociedade e encampado pelos poderes públicos.”

Em geral, as políticas sociais apresentam-se de modo fragmentado e desarticulado em decorrência de serem respostas às diversas expressões da questão social. Assim, ainda que não sejam universais, garantem minimamente a proteção social da classe trabalhadora:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. [...] Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir, em um determinado momento histórico, como se viu o momento de constituição das relações sociais capitalistas - e que tem continuidade na esfera da reprodução social. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p. 52).

Dessa forma, na atualidade brasileira, as políticas sociais são limitadas e não atendem a toda a população que delas necessitam. A exemplo da população em situação de rua que se encontra, sob condições de vida desumanas. A falta de programas específicos para a população em situação de rua é reflexo de um conjunto de fatores, inclusive a baixa capacidade de organização deste grupo populacional. E, quando se refere aos adolescentes, a situação é mais grave, apesar do ECA e das garantias constitucionais. De acordo com Decreto Federal nº 7.053, de 23/12/2009, a população em situação de rua é formada por um:

“grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”. (Presidência da República, Decreto Federal 7.053,1999)⁸.

Desse modo o adolescente em situação de rua, apesar de obter proteção de direitos, ainda assim não possui capacidade de mobilização social, pois se trata de pessoas em desenvolvimento

⁸ Este conceito foi adotado pelo governo a partir de reivindicação dos setores da sociedade civil expressão na Carta Aberta ao Presidente da República divulgada em maio de 2009. Originalmente foi elaborado por Silva (2009) e encontra-se nessa obra às páginas 29 e 136.

social e político. No Decreto Federal nº 7.053, de 23/12/2009, trata-se apenas da população adulta.

Todavia, algumas políticas sociais já são direcionadas a esse grupo populacional, como, na condição de adolescentes, vejamos o caso da assistência social:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Ainda, assim, em geral, esse grupo populacional tem dificuldades de proteção sobre dada à condição da ambiguidade histórica das políticas sociais no Brasil:

(...) por um lado, esse grupo populacional não tem acesso ao trabalho assalariado ou outra forma de trabalho que, no Brasil, assegura o acesso às políticas de proteção social aos trabalhadores. Por outro lado não tem acesso às políticas sociais dirigidas aos incapazes para o trabalho (assistência social) porque são aptos para o trabalho, embora não estejam usufruindo esse direito. Assim, enfrentam uma degradação crescente da vida, em face da pobreza extrema e da ausência de proteção social. (SILVA, 2009, p. 185).

Essas limitações de acesso às políticas sociais reforçam a população em situação de rua como um grupo pela extrema pobreza. Pensar em políticas sociais eficaz no sistema capitalista soa contraditório, pois o capitalismo não tem como objetivo acabar com o exército industrial de reserva e nem diminuí-lo.

O Estado na sociedade capitalista, sob viés neoliberal, atua com base na assertiva de que existe igualdade de oportunidade para todos no mercado, cabendo-lhe atender aos mais pobres.

Para o adolescente da classe trabalhadora, a possibilidade de acesso às políticas sociais é mais difícil. As políticas sociais no Brasil são movidas pela lógica neoliberal da “a igualdade de oportunidade” e não a igualdade de condições, o que impõe sérios limites ao desenvolvimento deste grupo populacional. A busca dos os sonhos, pressionados por jargões como: “as

oportunidade estão aí, basta querer” tornam-se frustrantes na medida em que são barrados em função de seu perfil socioeconômicos:

[...] no caso das crianças e adolescentes brasileiros, isto levou, historicamente, à discriminação da sua *parcela mais pauperizada e insubmissa* que vive nas ruas como “menores”, “delinquentes”, “marginais”, “infratores”, e a de suas famílias, taxadas como em “situação irregular”, de acordo com a definição do código de menores (1979). [...] Consequências passadas e presentes desta lógica: o pauperismo de um lado, e o incremento de alternativas repressivas de outro, como a criminalização da miséria. (SALES, 2007, p. 68).

Desse modo, compreende-se que as políticas e os programas sociais destinados aos adolescentes em situação de rua não suprem as necessidades reais enfrentadas:

[...] as crianças e adolescentes como alvos de uma ou outra direção social, um ou outro programa de política social. Ficam, assim, registrados os *riscos* que, [...], continuam a pairar sobre a juventude, principalmente a pobre, em função da falta de proposta e *vazio ético* do neoliberalismo. (SALES, 2007, p. 83).

Assim, as políticas sociais para a população em situação de rua em um contexto neoliberal são seletivas, residuais e pontuais, ainda assim, o acesso da população em situação de rua as políticas sociais é limitado.

Em todos os domínios, as medidas sociais podem ser assim classificadas, tendo em conta o critério de sua extensão e profundidade, mas é, principalmente, em função de certas categorias de população que as políticas sociais são apresentadas: os grupos-alvo, classificados ora por idade (crianças, jovens, velhos), ora por critérios de normalidade/anormalidade (doentes, excepcionais, inválidos, psicóticos, mães solteiras, desadaptados sociais, delinquentes, etc.). Esse tipo de classificação das populações-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que divide, fragmenta, tem por objetivo controlá-las e realizar uma etiquetagem que as isola e as caracteriza como tal. (FALEIROS, 2009, p.62).

Para ter acesso às políticas sociais, a população em situação de rua encontra alguns empecilhos, como o atendimento a requisitos que não condizem com a realidade que vivem como: ter endereço fixo, documentação, telefone etc. Estes são procedimentos burocráticos que inviabilizam o acesso aos direitos.

Até mesmo as políticas sociais que têm como base princípios e diretrizes universalizantes, como a saúde e a educação, têm sido implementadas de forma residual e restritivas. Essas restrições aparecem sob diversas formas. Em relação à população de rua, manifestam-se em confronto com suas características e perfil. As chamadas “exigências formais” para poder participar dos programas que dão corpo às políticas sociais geralmente constituem limites de acesso a eles pelas pessoas em situação de rua. Uma das “exigências formais” é a apresentação de documentos de identificação pessoal. No entanto, são poucas as pessoas em situação de rua que os têm. (SILVA, 2009, p.175).

A proteção social minimamente garantida pelo Estado é carregada de estigmas e preconceitos, pois, nessa estrutura social, o cidadão tem que se manter e manter a família, assim garantirá o respeito na comunidade e “uma vida digna”. No entanto a sociedade culpa o indivíduo e não a estrutura social em que vive.

As medidas de política social, discriminando as populações-alvo por critérios de idade ou de normalidade/anormalidade, transformam esses mesmos grupos em *anormais*, em fracassados, em desadaptados.

A ideologia da normalidade pressupõe que o indivíduo possa trabalhar para poder, *normalmente*, com o salário obtido, satisfazer as suas necessidades de subsistência e as de sua família. O trabalho é o critério de vida normal para *viver bem*. Os que não conseguem, com o salário que ganham obter essa vida *normal*, veem-se censurados socialmente pelas próprias políticas sociais, que atribuem, então, ao indivíduo, *seu fracasso*. É o que se chama culpabilização das vítimas, *victim blaming*. [...].

A política social, ao mesmo tempo em que estigmatiza e controla esconde da população as relações dos problemas sentidos com o contexto global da sociedade.

Esta *função* ideológica das políticas sociais, que se poderia chamar de prestidigitação, só pode ser desmistificada na medida em que se coloca essa problemática no contexto geral da economia e do Estado capitalista. (FALEIROS, 2009, p. 63).

Assim, a insuficiência de políticas sociais voltadas para esse grupo populacional contribui para a reprodução do fenômeno, no caso do adolescente em situação de rua, a falta dessas políticas sociais torna-se uma negligência do Estado, pois a rua rouba-lhes os direitos de ser criança, intervindo no processo de desenvolvimento e os impossibilita de ter acesso ou a garantia de direitos, como explicitados no Estatuto da Criança e do Adolescente, a exemplo do previsto no Art. 15. “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.”

Diante disso, o adolescente em situação de rua encontra-se em situação de negação de direitos. Não são visto ou ouvidos socialmente, até que altere a ordem social, como por exemplo: praticando pequenos furtos. É por meio dos atos infracionais que as crianças e adolescentes em situação de rua são reconhecidas, sendo estes os meios de garantir a sobrevivência na rua.

As estratégias de sobrevivência mobilizadas por crianças e adolescentes expulsos ou compelidos à fuga do ambiente familiar só vão, portanto, ganhar alguma densidade quando começam a se transformar em práticas lesivas ao patrimônio público, desenvolvidas por bandos e galeras de crianças e adolescentes que *erram* cidade e país afora no capitalismo periférico, procedendo à incômoda ocupação de ruas, praças e calçadas. (SALES, 2007, p. 24).

Assim, é por meio dos “atos infracionais” que essa população ganha nome e capas de jornais e revistas, considerados como delinquentes e condenados socialmente mais uma vez, por sua condição social, esta é a condição de visibilidade social oferecida, a da exclusão e da marginalização social.

Com a exibição de suas dores, misérias e falta de projetos de vida promovem *discursos* e encetam *linguagens* que rompem silêncios sociais cúmplices de violências domésticas, de atrocidades institucionais, da exploração do trabalho de crianças e de adolescentes, dentre outros. Enfim, atraem a crítica e a condenação, mas também a sensibilização para sua situação específica e a das condições de vida das crianças e adolescentes brasileiro. (SALES, 2007, p. 25).

A falta de “perspectiva de vida” dos adolescentes em situação de rua, a busca pelo imediatismo — são traços da fase da adolescência em qualquer classe social. Esses traços da adolescência faz com que os jovens da classe trabalhadora efetuem o ato infracional, na busca de suprir as “necessidades urgentes”. A falta de políticas públicas e a omissão do Estado conduzem os adolescentes a buscarem sustento na rua, esse comportamento social é fruto da sociedade capitalista.

No entanto, essa expressão da questão social — a população em situação de rua (SILVA, 2009) —, no que se refere à proteção social por políticas, é praticamente inexistente, pois a essa população é reservado o receio, o medo e o não reconhecimento como sujeitos de direitos. O Estado prefere promover ações violentas contra a população em situação de rua, a criar políticas sociais eficazes.

No caso brasileiro, aos problemas crônicos de uma cultura de corrupção e de brutalidade institucional, *ou cultura de violência*, de cariz social mais amplo, soma-se no âmbito da justiça, do sistema sociojurídico — socioeducativo e penitenciário — um perfil de uma *pobre política social para os pobres* (Behring, 1997). Uma moldura institucional marcada, dentre outros, pelo exorbitante poder dos delegados e juízes, mais um treinamento de policiais, monitores de unidades de internação de adolescentes e agentes penitenciários frequentemente inadequado. (SALES, 2007, p. 28).

Assim, pensar a cobertura da política social para a população em situação de rua de forma geral torna-se difícil. No livro “Trabalho e População em situação de Rua no Brasil”, a autora fala de pessoas em situação de rua, presente no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, dentre elas destaca-se esta fala que explicita as especificidades dos Adolescentes em situação de Rua:

[...] têm alguns programas que nem sempre a população adolescente de rua tem acesso, por causa dos critérios. Um Agente Jovem, por exemplo. Se eu tenho um menino na rua que deixou de estudar não sei lá há quanto tempo, e o Agente Jovem pede que o menino esteja matriculado, que esteja em tal série, tenha todos os documentos. Você já exclui o menino que veio lá da rua, porque ele não está na escola, ou então, se ele esteve ele já deixou há muito tempo, não é? Mesmo que você o coloque na escola, ele ainda não vai seguir àquele critério. Então eu ainda vejo que alguns programas do governo federal fecham muito para a situação de rua. (I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, Brasil, 2006, apud SILVA, 2009, P. 177).

Essa manifestação formal do adolescente presente no evento mencionado confirma que apesar do estabelecido na Constituição Federal do Brasil – CF, nas leis ordinárias, especialmente no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, esses sujeitos sociais continuam sem proteção social suficiente, vítima de descasos e negligência estatal, gerada e reproduzida dentro do modo de produção capitalista.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a criança e o adolescente foram reconhecidos como sujeitos de direitos, antes a infância e a adolescência eram comprometidas pelo fato de a sociedade não compreender que essas etapas são fundamentais para o desenvolvimento humano e social.

Por vários séculos, crianças e adolescentes foram colocados no lugar de sem fala “infante” (quietinhos), ou como membros da infantaria dos exércitos medievais, ou ainda como objetos da esfera doméstica. Somente no século XX, a Convenção dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989, proclamou solenemente que crianças são sujeitos de direitos. Anteriormente, no pós-guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) havia apenas preconizado cuidados e assistência especial para crianças, tendo criado o Unicef em 1946. No Pacto Social dos Direitos Civis e Políticos da ONU, que entrou em vigor em 1976, são assegurados os direitos das crianças, mas em casos de dissolução da família e/ou de discriminação. (FALEIROS, p.171).

O adolescente possui pouca capacidade de mobilização, assim como as crianças, mas, no decorrer dos anos, entraram no cenário, personagens importantes que lutaram e lutam, para garantir direitos da criança e adolescentes, como ONGs e movimentos sociais.

A questão, no momento, é se, com o ECA, que considera as crianças sujeitos de direitos, e com o processo de democratização do país, houve mudanças de fato na articulação do desenvolvimento econômico desigual com as políticas para a infância. Na verdade, o reconhecimento da criança e do adolescente como cidadãos mudou o marco de referência legal, mas foi a ampla mobilização da sociedade pelos direitos infantojuvenis que propiciou a elaboração de novas políticas e a articulação de uma frente parlamentar vinculada à criança. (FALEIROS, p.174).

Nesse sentido:

O ECA traz indicações ao conjunto da política, da economia e da organização social a operar um reordenamento, a revisar prioridades políticas e de investimentos, colocando em questão o modelo de desenvolvimento e respectivo projeto de sociedade, que historicamente, reproduza cultura da exclusão social, desconhecendo, na prática, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. (SILVEIRA, p.4).

Nessa perspectiva de universalidade das políticas sociais, entende-se que elas se configuram como suporte no processo de emancipação dos adolescentes em situação de rua, mas compreendem-se seus limites na sociabilidade capitalista. Entende-se que as políticas sociais não serão capazes de mudar o modo de produção capitalista, mas avançam na redução das desigualdades sociais de forma significativa. Assim, reitera-se a certeza de avançar na perspectiva de universalidade das políticas sociais para os adolescentes em situação de rua, vinculada a um projeto de construção de uma nova ordem societária.

Capítulo 3. As principais causas da situação de rua dos adolescentes com passagem pela UNACAS no período de agosto de 2014 a março de 2015.

Este capítulo traz os elementos centrais para compreensão do objeto de pesquisa: identificar as causas da situação de rua dos adolescentes no Distrito Federal – DF que frequentaram a UNACAS no período de agosto de 2014 a março de 2015. No primeiro capítulo, tratou-se das desigualdades sociais advindas do capitalismo determinam o desenvolvimento individual e os sonhos dos adolescentes, tendo a situação de rua como exemplo. No segundo capítulo, foi realizada breve análise acerca da relação desse grupo populacional com as políticas sociais na sociabilidade contemporânea. E, por fim, este capítulo traz a análise dos resultados da pesquisa feita na UNACAS com o intuito de confirmar a hipótese da qual partiu esta pesquisa.

A pesquisa foi realizada por meio da análise de 36,3% dos prontuários, relatórios e pareceres dos adolescentes atendidos na UNACAS. Isso significa 12 prontuários entre os 33 prontuários existentes, no período de agosto de 2014 a março de 2015. Essa análise por amostragem se deu pelo fato dos prontuários estarem incompletos, assim a amostra foi realizada considerando os prontuários mais completos e atualizados. Levou-se em consideração para essa análise: perfil, característica, relação com as políticas sociais e motivos que conduzem os adolescentes a situação de rua.

Em caráter complementar às informações coletadas, foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas junto aos servidores da instituição (Assistente Social, Psicólogo e Cuidador Social). Ressalta-se que a escolha dos profissionais junto aos quais foram aplicados os questionários da pesquisa teve atenção voltada para a equipe técnica, abrangendo 100% dos psicólogos (2) e 100% dos assistentes sociais (2) e ainda 20% dos Cuidadores Sociais (3) que compõem o quadro da instituição. Os cuidadores foram escolhidos de forma aleatória. Assim, totalizaram-se sete profissionais da UNACAS que participaram da pesquisa, todos sob o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II), mediante a aplicação dos questionários complementares, com intuito de obter mais dados, além dos obtidos por meio do acesso aos prontuários para desvelar o objeto de pesquisa. Os questionários, como referido anteriormente, foram compostos por questões abertas e fechadas, com perguntas específicas para cada um dos três grupos de profissionais (Anexos III, IV e V).

É importante salientar que, durante a análise dos prontuários, relatórios e pareceres, foram encontradas as seguintes dificuldades: falta de atualização dos dados; não uniformização das informações, dado ao modo diferenciado de preenchimento dos prontuários.

No que se refere à aplicação dos questionários, os servidores foram solícitos, entretanto, houve demora considerável para devolverem os questionários preenchidos. A respeito dos prontuários desatualizados e não padronizados, a coordenação informou que está sendo implantado um novo sistema de prontuário eletrônico que facilitará o acesso às informações dos adolescentes atendidos na unidade. Esse sistema será implantado a partir do mês de junho de 2015.

Neste capítulo, as informações estão organizadas em cinco eixos: políticas sociais voltadas para adolescente em situação de rua no Distrito Federal; Perfil dos adolescentes da Unidade de Acolhimento para Adolescente em Situação de Rua – UNACAS; característica dos adolescentes atendidos na UNACAS; relação dos adolescentes atendidos na UNACAS com a política social no Distrito Federal – DF e as principais causas que conduzem os adolescentes atendidos pela UNACAS à situação de rua.

3.1 Políticas sociais voltadas para adolescente em situação de rua no Distrito Federal

A política social voltada para a população em situação de rua no Distrito Federal- DF, nos termos do Decreto federal nº 7053, de 29 de dezembro de 2009, encontra-se em fase de implantação inicial, pois o Governo do Distrito Federal-GDF foi a primeira unidade da federação, equivalente a Estados, a aderir a Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída pelo decreto supracitado. Como resultado dessa adesão, ocorrida em 29 de dezembro de 2009, foi criado, em 2012, O Comitê Intersetorial⁹ de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão da População em Situação de Rua previsto pelo Decreto Nº 33.779, de 06 de julho de 2012. Desse modo, pode-se observar que, com a adesão do GDF à Política Nacional para

⁹ O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão da População em Situação de Rua atualmente é coordenado por Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS. Composto por: Casa Civil, da governadoria do Distrito Federal; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS; Secretaria de Estado de Educação; Secretaria de Trabalho; Secretaria de Saúde; Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Segurança Pública; Secretaria de Ordem Pública e Social; Secretaria de Cultura, Secretaria de Esporte, SEJUS e Defensoria Pública do DF. Possui doze representantes de organizações da população em situação de rua e de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua da sociedade civil. Fonte: Decreto Nº 33.779, de 06 de Julho de 2012.

População em Situação de Rua, houve uma conquista de direito para essa população. Tais políticas no Distrito Federal – DF, quando voltadas para os adolescentes, são desenvolvidas, sobretudo sob coordenação e acompanhamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social - SEDHS¹⁰.

No que refere aos adolescentes em situação de rua, a SEDHS criou em 2013 a Unidade de Acolhimento para Adolescente em Situação de rua – UNACAS, sendo a única unidade de atendimento no Distrito Federal – DF especializada em atendimento para adolescentes em situação de rua. Essa unidade possui parceria com a Secretaria de Educação, por meio da Escola Meninos e Meninas do Parque – EMMP, fundada em 1992 a escola atende a adolescentes e adultos em situação de rua, do Centro de Estudos Supletivos Asa Sul – CESAS e da Escola do Parque da Cidade – PROEM. Também possui parceria com o SENAI por meio do Programa Vira-Vidas, O programa foi criado em 2008 pelo Conselho Nacional do SESI, apoia meninos e meninas, com idade entre 16 e 21 anos, que sofreram violência sexual, e com a Cidade Acolhedora (Casa Santo André)¹¹.

Outros serviços públicos são utilizados por os adolescentes da UNACAS como proteção social, dentre eles destacam-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social –

¹⁰ A atuação da SEDHS compreende a formulação de diretrizes e políticas governamentais voltadas à garantia e à promoção de direitos, à proteção social, ao enfrentamento da pobreza e extrema pobreza, à redução das desigualdades sociais e ao provimento de condições para superação das vulnerabilidades e riscos sociais. Em sua trajetória, a SEDHS tem protagonizado a concepção, o desenho e a efetivação de um modelo de desenvolvimento social para o DF, que tenha como base definidora a lógica do direito, da cidadania e da integração das políticas públicas, que priorize as famílias e os grupos socialmente mais vulneráveis e que seja capaz de promover maior justiça social e melhor qualidade de vida à população. Fonte: <<http://www.sedest.df.gov.br/sobre-a-secretaria/a-secretaria/a-secretaria.html>>. Acesso em 02 de junho de 2015.

¹¹ Por meio do Serviço, é possível garantir apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de rua em todo o DF. O Serviço Especializado de Abordagem Social possibilita à população em situação de rua os seguintes benefícios: reinserção familiar e no mercado de trabalho; retorno aos estados de origem; aumento no número de famílias e pessoas atendidas nos serviços de acolhimento; aceitação de tratamento de drogadição na rede de saúde pública e em instituições parceiras; diminuição significativa de pessoas usando o espaço público como moradia e/ou pontos de consumo de drogas; encaminhamento para a rede socioassistencial; acesso à documentação civil; inclusão no Cadastro para Programas Sociais; acesso a benefícios de transferência de renda, entre outros.

Fonte: <http://www.sedest.df.gov.br/publico-alvo/o-que-e-assistencia-social/item/2599-cidade-acolhedora.html>>. Acesso em 03 de junho de 2015.

CREAS, sob gestão da SEDHS, os centros de convivência, consultório de rua, rede de saúde do Distrito Federal – DF.

3.2. Resultados da pesquisa realizada com os adolescentes da Unidade de Acolhimento para Adolescente em Situação de Rua – UNACAS no período de agosto de 2014 a março de 2015

A pesquisa de campo viabilizou o levantamento de dados desse quadro de perfil e também dos quadros de característica, relação com as políticas sociais e das causas que conduzem os adolescentes atendidos na UNACAS à situação de rua, foi baseado na análise documental de prontuários, entre agosto de 2014 a março de 2015, sendo definida para a pesquisa uma amostra de 12 (doze) adolescentes em situação de rua acolhidos na UNACAS.

Para garantir o sigilo sobre a identidade desses adolescentes, optou-se por utilizar a palavra — adolescente — seguida por uma numeração.

No **quadro 1**, que trata do perfil dos adolescentes em situação de rua atendidos pela UNACAS no período de agosto de 2014 a março de 2015, pode-se observar que dos 12 (doze) adolescentes atendidos na UNACAS nesse período, 10 (dez) são do sexo masculino e 2 (dois) do sexo feminino. Em relação à cor da pele, 7 (sete) são de pele negra, 4 (quatro) parda e 1 (um) branca. A faixa etária dos adolescentes encontra-se entre 13 e 17 anos, sendo 4 (quatro) de 13 a 15 anos e 8 (oito) entre 16 e 17 anos. A origem referente a cidades satélites: 1(um) adolescente da Samambaia – DF e 1 (um) de Taguatinga- DF, 2 (dois) da Ceilândia – DF e 2 (dois) do Paranoá – DF. Cidades do Entorno: 2 (dois) do Jardim Ingá – GO, 1 (um) do Céu Azul – GO, 1 (um) de Planaltina – GO e 1 (um) do Valparaíso – GO. De outra cidade do estado de Goiás: 1 (um) de Anápolis – GO. Quanto à série escolar que cada adolescente estava cursando durante o período da pesquisa: 2 (dois) na 1ª série, 2 (dois) na 2ª série, 2 (dois) 3ª série, 3 (três) na 6ª série, 1 (um) na 7ª série, 1 (um) na 8ª série e 1 (um) sem escolaridade.

Em relação ao perfil dos adolescentes, é importante ressaltar que a maioria é de cor negra e parda¹², sendo 58,3% e 33, 3% respectivamente e, no período de agosto de 2014 a março de 2015 frequentaram a UNACAS apenas 8,3% dos adolescentes de cor branca o que caracteriza apenas 1 (um) adolescente entre os 12 (doze) prontuários analisados. Fica visível que o número

¹² Para fim dessa análise, negro e pardos ficarão separados, diferentemente do que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE utiliza.

de adolescentes negros é superior ao número de adolescentes brancos. Nessa amostragem é possível identificar a desigualdade racial. Esse resultado se configura no cenário brasileiro por vários fatores, como exemplo, o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, isso reflete nos dias atuais:

o que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. (CARNEIRO, 2003, pág. 50).

No quadro perfil, nota-se que dos 12 (doze) adolescentes atendido na UNACAS, apenas um é branco, pode-se observar, na análise dos prontuários, que há intervenção mais sistematizada dos profissionais, em relação à história de vida desse adolescente. Como descrito nos prontuários o adolescente é o único que possui cursos (informática) e está em programas de cunho educacional e profissionalizante.

Uma das frentes centrais de atuação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR é, portanto, buscar oferecer as evidências que permitem orientar o Estado a saber por que e como enfrentar as desigualdades raciais nos variados âmbitos das políticas públicas. A formulação, ou reformulação, destas políticas parte da análise de dados estratégicos para a compreensão da dinâmica das relações sociais na perspectiva de gênero e raça no país, e o reconhecimento da discriminação racial como mecanismo que restringe o acesso a oportunidades na sociedade brasileira. (Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – 4ª ed. - Brasília: IPEA, 2011, p. 13).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2009 entre os 10% mais pobres da população, os negros correspondiam a 72%.

Percebe-se, também, que há número maior de adolescentes do sexo masculino na UNACAS em relação ao sexo feminino. Dos prontuários analisados 83,3% dos adolescentes que frequentaram a UNACAS nesse período são do sexo masculino contra 16,7% do sexo feminino. Apesar de ser a minoria, as mulheres estão submetidas a diversas situações de violações de direitos. Como exemplificado no depoimento de uma mulher em situação de rua¹³ que descreve algumas das violações de direitos sofridas na rua.

¹³ Declarações colhidas pelo Projeto Renovando a Cidadania, da Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP/DF), em parceria com o Programa de Elevação de Renda Familiar.

Moro na rua e ninguém chega para te dar um prato de comida. Ninguém chega para te ajudar em nada, em nada. A única coisa que eles fazem é maltratar porque você é uma pessoa de rua, aí eles querem te jogar fora. Eu perdi um filho, mataram ele com um tiro na cabeça, recentemente. E alguém me ajudou em alguma coisa? Ninguém me ajudou com nada. É muito sofrimento. Nós, mulheres, tem horas que chegam homens querendo praticar sexo com a gente (...) Tem hora que o homem chega assim e me estupra, entendeu? É horrível. Desculpa a minha reação, é porque é triste a minha vida. Não é legal e eu não falo só por mim, mas qualquer mulher que vive na rua é horrível...eu tô falando por várias outras que tem aí. (Dona Laurinha - Fonte: Correio Brasiliense)

Quadro 1. O Perfil dos adolescentes em situação de rua atendidos pela UNACAS no período de agosto de 2014 a março de 2015.

Adolescentes	Sexo	Cor	Faixa Etária		Origem ¹⁴	Escolaridade
			13-15 anos	16-17 anos		
Adolescente (1)	M	Negra		X	Paranoá-DF	3ª série
Adolescente (2)	M	Negra	X		Céu Azul - GO	-
Adolescente (3)	M	Negra		X	Ceilândia - DF	1ª série
Adolescente (4)	M	Parda		X	Samambaia - DF	7ª série
Adolescente (5)	M	Negra		X	Planaltina - GO	1ª série
Adolescente (6)	M	Branca		X	Jardim Ingá - GO	6ª série
Adolescente (7)	M	Negra		X	Ceilândia - DF	6ª série
Adolescente (8)	M	Negra		X	Valparaíso - GO	2ª série
Adolescente (9)	M	Parda	X		Jardim Ingá - GO	2ª série
Adolescente (10)	M	Negra	X		Paranoá - DF	8ª série
Adolescente (11)	F	Parda	X		Taguatinga - DF	6ª série
Adolescente (12)	F	Parda		X	Anápolis - GO	3ª série

Elaboração: própria. Fonte: Prontuários, relatórios e parecer da UNACAS.

Obs. 1: Adolescente (2), não possuía registro de escolaridade no prontuário.

A pesquisa realizada revelou o descaso do Estado com os adolescentes em situação de rua, tendo em vista que não existem dados estatísticos oficiais sobre o perfil desse grupo da

Fonte: <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/10/20/i,274734/quase-metade-dos-moradores-de-rua-esta-longe-de-casa-ha-mais-de-3-anos.shtml>>. Acesso em: 03 de Junho de 2015.

¹⁴ A origem é referente à cidade que os adolescentes têm vivência de rua ou possuem vínculos, não é a naturalidade conforme descrita na certidão de nascimento.

população em situação de rua. Tal grupo populacional nem mesmo é considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na realização do censo, ainda que se constitua recomendação do Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009.

Art.13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Uma pesquisa de natureza censitária realizada foi feita em maio de 2007 pela prefeitura de Pinheiro do Estado de São Paulo – SP por meio da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE intitulada, “Censo de Criança e Adolescentes em Situação de Rua”¹⁵. Segundo esse censo, trata-se de uma população predominantemente masculina (77,7%), mas há a presença de mais de 20% de meninas expostas a uma situação de rua. Este é um dado significativo na caracterização deste grupo. A distribuição por cor revela que a grande maioria das crianças e adolescentes em situação de rua é constituída por pessoas não brancas, 80,3%. Desagregando-se os resultados, verifica-se que 41,5% dos adolescentes foram classificadas como pretas pelos entrevistadores, e 38,6% como pardas. Os brancos correspondem a 19,5% e é praticamente nula a presença de indígenas. Observa-se que os dados desta pesquisa da FIPE possuem forte correlação com os dados da pesquisa realizada na UNACAS, acima mencionados.

No que se refere às características dos adolescentes atendidos pela UNACAS no período de agosto de 2014 a março 2015 (**quadro 2**), dos prontuários analisados, 10 (dez) adolescentes fazem uso de álcool e outras drogas e 2 (dois) não fazem. Quanto à passagem pela UNACAS uma vez, 5 (cinco) Adolescentes, duas vezes 0 (zero), mais de duas 7 (sete) adolescentes. 5 (cinco) adolescentes Cumpriram medida socioeducativa, 6 (seis) nunca cumpriram, 3 (três) adolescentes sofreram violência doméstica e 4 (quatro) adolescentes exploração sexual.

Como informação complementar foi realizada a seguinte pergunta para os assistentes sociais e psicólogos: os adolescentes cumprem ou já cumpriram medida socioeducativa. Obtiveram-se os seguintes dados; 2 (dois) responderam que concordam plenamente, 2 (dois) responderam que concordam e 3 (três) responderam que concordam parcialmente, com as seguintes ressalvas: “a maioria dos adolescentes já passaram pelo sistema socioeducativo, mas

¹⁵Fonte:<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626>. Acesso em 03 de junho de 2015.

não todos”, “no entanto nem sempre é feito esse acompanhamento pela equipe técnica de referência da unidade”.

Quadro 1. Característica dos adolescentes atendidos pela UNACAS no período de agosto de 2014 a março 2015

Adolescentes	Faz uso de álcool ou outras drogas	Passagem pela UNACAS			Cumpriu medida socioeducativa	Violência doméstica	Exploração sexual
		Uma	Duas	Mais de duas			
Adolescente (1)	Sim			X	Sim		
Adolescente (2)	Sim	X			Não	X	
Adolescente (3)	Sim	X			Não		
Adolescente (4)	Sim			X	-		
Adolescente (5)	Sim			X	Sim	X	X
Adolescente (6)	Sim	X			Sim		
Adolescente (7)	Sim			X	Não		X
Adolescente (8)	Sim			X	Sim		
Adolescente (9)	Não			X	Não		X
Adolescente (10)	Não	X			Não	X	
Adolescente (11)	Sim	X			Não		
Adolescente (12)	Sim			X	Sim		X

Elaboração própria. Fonte: Prontuários, relatórios e parecer da UNACAS.

Obs. 1: adolescente (4), não havia registro a respeito de medida socioeducativa.

Dos adolescentes atendidos na UNACAS, 83,3% fazem uso de álcool e outras drogas, 16,7% não o fazem. Esses dados mostram que nem todos os adolescentes que se encontram em situação de rua fazem uso de álcool e outras drogas. Outro fato identificado por meio da análise do **Quadro 2** e **Quadro 4** é que os adolescentes que passaram mais de duas vezes por a UNACAS apresentam histórico de abandono ou possui a família em situação de rua. Portanto, a ausência de vínculos familiares contribui para que esses adolescentes estejam em situação de rua.

Por fim, a análise do **Quadro 2** permite identificar que 41,6% dos adolescentes atendidos na UNACAS cumpriram alguma medida socioeducativa. Esse número vai contra o senso comum o qual acredita que a maioria dos adolescentes em situação de rua comete ato infracional. Contudo, esse argumento não condiz com a realidade dos adolescentes atendidos pela UNACAS.

Quanto à relação dos adolescentes atendidos pela UNACAS com a política social no Distrito Federal – DF, no período de – agosto de 2014 a março de 2015 (**Quadro 3**), percebe-se que todos adolescentes cujos prontuários foram analisados tiveram acesso à política de assistência social por meio da UNACAS e outras redes de assistência. Apenas 1 (um) entre os 12 (doze) prontuários analisados dos adolescentes não possui relação com a política de educação e saúde.

Quadro 2. Relação dos adolescentes na UNACAS com a política social no Distrito Federal – DF, no período de agosto de 2014 a março de 2015.

Adolescentes	Educação	Saúde	Assistência Social
Adolescente (1)	Sim	Sim*	Sim
Adolescente (2)	-	-	Sim
Adolescente (3)	Sim	Sim	Sim
Adolescente (4)	Sim	Sim	Sim
Adolescente (5)	Sim	Sim	Sim
Adolescente (6)	Sim	Sim	Sim
Adolescente (7)	Sim	Sim	Sim
Adolescente (8)	Sim	Sim	Sim
Adolescente (9)	Sim	Sim	Sim
Adolescente (10)	Sim	Sim	Sim
Adolescente (11)	Sim	Sim	Sim
Adolescente (12)	Sim	Sim	Sim

Elaboração própria. Fonte: Prontuários, relatórios e parecer da UNACAS.

Obs (1): adolescente (1) Apesar de ter acesso a saúde por meio do CAP'S, quando é atendido na unidade se recusa a ir.

Obs (2): adolescente (2) não possui registro de acesso a Política de Educação e Saúde.

A UNACAS torna-se via de acesso às políticas sociais para os adolescentes, tendo em vista que, quando estão em situação de rua, o acesso torna-se inviável. Contudo o mero acesso à

Educação à Saúde e à Assistência Social não garante a efetividade do direito conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal- CF, devido à fragilidade e ineficácia das políticas. Tal situação faz com que a relação entre as desigualdades sociais, políticas públicas ineficientes e violação de direitos da população pareça definitiva e sem perspectivas de transformação (FUKUDA, C. C, PENSO, M. A, SANTOS, B. R, 2013, p.5)

No que se refere aos principais motivos que conduziram os adolescentes atendidos pela UNACAS à situação de rua no período de agosto de 2014 a março de 2015 (**Quadro 4**, os adolescentes atendidos na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS possuem em comum determinante que conduzem à situação de rua, todos os 12 (doze) adolescentes que tiveram os prontuários analisados são identificados à falta de renda com um dos principais fatores para a situação de ruas. Família em situação de rua 4 (quatro) adolescentes; vínculo familiar rompido 5 (cinco) adolescentes; vínculo familiar fragilizado 3 (três) adolescentes; órfãos 1 (um) adolescente; com histórico de abandono familiar 4 (quatro) adolescentes; com envolvimento com o tráfico 4 (quatro) adolescentes; não possui vínculo familiar 1 (um) adolescente; e 1 (um) adolescente que faz uso de álcool e outra drogas, de forma contínua.

Quadro 3. Principais causas que conduziram os adolescentes atendidos pela UNACAS à situação de rua no período de agosto de 2014 a março de 2015

Causas	Adolescente											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Falta/ insuficiência de renda	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Vínculo familiar rompido ¹⁶	X	X	X			X			X	X		
Vínculo familiar fragilizado								X			X	X
Órfão	X											
História de relação com tráfico de drogas	X				X			X			X	
Uso de álcool / outras drogas						X						
Abandono familiar		X						X	X	X		
Família em situação de rua			X	X	X		X				X	X

Elaboração própria. Fonte: Prontuários, relatórios e parecer da UNACAS.

¹⁶ Para fim desse trabalho considera-se vínculo familiar rompido, 4 (quatro) adolescentes o adolescente que possui mais de 5 anos em situação de rua.

Obs (1): adolescente (1) A família relata nos prontuários que não o aceita por fazer uso de drogas e ser agressivo.

Obs (2): adolescente (2) Sofreu maus tratos por a responsável legal e como medida protetiva o conselho tutelar o encaminhou para um abrigo.

Obs (3): adolescente (3) Não possui vínculo familiar, a mãe vive em situação de rua desde os treze anos de idade, logo após o nascimento do adolescente foi presa e este ficou sem referência familiar.

Obs (4): adolescente (6) possui curso de informática viabilizado por a UNACAS. Participa do programa Vira-Vidas.

Obs (5): adolescente (7) Participa do programa jovem candango.

Obs (6): adolescente (8) É usuário de drogas desde os 6 anos de idade, sendo a dependência química um elemento que caracteriza a situação de rua.

3.3. Os determinantes da situação de rua dos adolescentes atendidos pela Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua - UNACAS

Os dados foram obtidos mediante a aplicação de questionários aos servidores da UNACAS, com a finalidade de obter informações complementares a respeito dos determinantes da situação de rua dos adolescentes atendidos pela UNACAS, conforme citado anteriormente. Os questionários foram aplicados aos assistentes sociais, psicólogos e cuidadores sociais. Assim, tiveram quatro perguntas utilizadas como base — cor, escolaridade, origem e se cumpriu medida socioeducativa — para todos os questionários as quais tratavam do perfil e características dos adolescentes que são atendidos na UNACAS.

Nessa parte a análise se desenvolverá por a especificidade de cada área de atuação. Os assistentes sociais foram unânimes ao responderem que concordam parcialmente com a seguinte afirmativa: A violência doméstica é constantemente relatada pelos adolescentes como um dos motivos que os levaram a fazer da rua sua moradia. Com a justificativa: “A violência doméstica não é o principal motivo. O conflito familiar é muito presente no relato dos adolescentes, mas poucos relatam violência doméstica em si”. Entre as violações de direitos vividas pelos adolescentes foram assinaladas: abuso e exploração sexual, não acesso às prerrogativas previstas pelo ECA, não acesso às políticas sociais - saúde, educação, moradia, lazer, não garantia da integridade física. Na afirmativa o acesso às políticas de cultura, lazer e esporte pode influenciar no processo de sensibilização e saída da situação de rua. Dentre as alternativas propostas, foi assinalada na opção — concordam plenamente. E ainda acrescentaria a política de trabalho.

Na visão dos assistentes sociais e dos psicólogos a respeito das políticas sociais do GDF para criança e adolescentes, as políticas sociais seriam suficientes para romper os vínculos dos adolescentes da UNACAS com a rua se todas as políticas existentes funcionassem da forma como preconiza a lei. Contudo as violações de direito presente na rua, inviabilizam o acesso aos direitos previstos no ECA. Com a seguinte justificativa: “no caso dos adolescentes em situação de rua o GDF ainda tem muito a melhorar, ainda está muito distante do que preconiza o ECA”.

Em relação à pergunta sobre o rompimento dos vínculos familiares serem determinantes para os adolescentes estarem em situação de rua, houve consenso que sim, pois, na opinião dos profissionais, a maioria dos adolescentes vai para a rua devido a algum conflito familiar. O mais agravante é que quase todas as famílias não recebem acompanhamento sistemático do CRAS ou do CREAS.

Os assistentes sociais citaram o conflito família, uso de droga, violência doméstica, abandono familiar e a falta de renda como um dos principais fatores identificáveis que conduzem os adolescentes da UNACAS à situação de rua.

Referente aos questionários aplicados aos psicólogos, 1 (um) escolheu a opção concordo e 1 (um) escolheu a opção concordo parcialmente sobre a afirmativa: os adolescentes tornam-se mais agressivo por estarem em situação de rua. Como justificativa: “a agressividade não está relacionada necessariamente a situação de rua, mas sim a outras violações de direitos vivenciados na trajetória de vida”.

Os psicólogos foram unânimes ao assinalarem a opção concordo plenamente nas seguintes afirmativas: quanto ao uso de álcool e outras drogas alterarem o comportamento psicossocial dos adolescentes atendidos pela UNACAS. E também se refere que atrelado ao uso de álcool e outras drogas a situação de rua aumenta à invisibilidade social e atrasa a busca pela autonomia.

Quanto à recolocação do adolescente, no âmbito familiar, mesmo com a fragilidade dos vínculos familiares decorrentes da à situação de rua, os psicólogos responderam que concordam parcialmente. Com a justificativa: “é possível. Porém sequer um acompanhamento sistematizado para fortalecer o vínculo familiar”.

No questionário específico para os cuidadores sociais, foi feita a seguinte afirmação: os adolescentes atendidos pela UNACAS relatam ter passado por necessidades básicas, tais como

fome, frio, sede, insegurança quando estavam em situação de rua. Dentre as respostas possíveis, 2 (dois) marcaram a opção concordo plenamente e 1 (um) escolheu a opção concordo.

Houve discordância entre os cuidadores sociais a respeito das principais características manifestadas pelo primeiro contato dos adolescentes com a UNACAS. Um citou que os adolescentes apresentam vontade de retornar às ruas, o outro citou que eles têm vontade sair da rua e também manifestam agressividade e o terceiro citou que manifestam desconfiança com relação ao trabalho realizado na UNACAS.

Quanto ao questionamento referente à higiene pessoal dos adolescentes da UNACAS, 2 (dois) cuidadores sociais assinalaram que os adolescentes não possuem nenhuma noção de higiene e 1 (um) assinalou que possuem noção de higiene, mas não a prática.

No que se refere às regras de convivência adotadas pela UNACAS; 1 (um) cuidador social marcou que os adolescentes já chegam com noção prévia; os 3 (três) marcaram que os adolescentes têm dificuldades de aceitação; 1 (um) marcou que participam da definição e 1 (um) marcou que contribuem para a modificação.

Sobre a afirmação: “na atuação do cuidador social na UNACAS”, é possível identificar a eficácia das políticas públicas do Governo do Distrito Federal – GDF direcionadas aos adolescentes em situação de rua. O total de 2 (dois) cuidadores sociais marcaram a opção discordo plenamente e 1 (um) cuidador social marcou a opção concordo parcialmente, com a justificativa: “O cuidador precisa ser capacitado para desempenhar melhor sua função”.

Na opinião dos cuidadores sociais, o rompimento dos vínculos familiares, a condição de vulnerabilidade social e a falta de políticas sociais voltadas para a família e comunidade são os principais motivos que conduzem os adolescentes atendidos pela UNACAS à situação de rua.

Em resposta à pergunta se “os adolescentes atendidos pela UNACAS buscam ou manifestam interesse em manter vínculos familiares e de que forma esse interesse é identificado?” houve consenso entre os cuidadores sociais que afirmaram que alguns adolescentes manifestam esse interesse. Esse interesse é identificado pelo pedido diretamente do adolescente nos atendimentos técnicos ou em conversas informais, mas na maioria das vezes as famílias rejeitam o contato devido ao total rompimento de vínculos.

O quadro de perfil, das características, das relações com as políticas sociais, das causas, que conduzem os adolescentes atendidos pela UNACAS à situação rua e os questionários complementar, reforçou a hipótese deste estudo: as causas que conduzem os adolescentes da

UNACAS à situação de rua são multideterminadas, pois há vários fatores conjugados, entre eles a insuficiência de renda familiar, a falta de políticas pública acessível, a baixa escolaridade, os vínculos familiares rompidos, abandono familiar, violência doméstica, exploração sexual.

Considerações finais

Ao fim desta pesquisa, pode-se confirmar a hipótese levantada em relação aos motivos que conduzem os adolescentes no Distrito Federal- DF à rua, tendo como base os adolescentes que frequentam a Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS no período de agosto de dois mil e quatorze a março de dois mil e quinze. Após análises dos dados encontrados nos prontuários, relatórios, pareceres e também nos questionários complementares aplicados aos profissionais da unidade, identificou-se que os adolescentes que são atendidos na UNACAS, estavam em situação de rua devido à desigualdade social, a ineficiência da implementação das políticas sociais, e às violações de direitos ocorridas de maneira individuais durante a trajetória de vida de cada adolescente. Portanto, o fenômeno população em situação de rua está ligado intrinsecamente ao sistema que rege as estruturas sociais nas quais vivemos — o sistema capitalista.

Percebeu-se, na pesquisa realizada, que este é um fenômeno social, cujas pessoas vítimas dele são estigmatizadas e sofrem constantemente preconceitos e violações de direitos. Foram constatadas várias formas de preconceitos, dentre eles o preconceito racial, tendo-se em vista que, na pesquisa realizada na UNACAS, mais de 90% dos adolescentes são negros ou pardos, o preconceito de classe social, visto que a totalidade dos adolescentes pesquisados é de famílias pobres. Notou-se também que esses adolescentes têm como origem cidades do Entorno do Distrito Federal e de cidades-satélites onde as expressões da questão social são evidentes, e apresentam alto índice de criminalidade e miséria, e baixo índice de desenvolvimento humano e social. Com base nesses dados, subentende-se que a política social não alcança as famílias da maneira como é prevista nas legislações.

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, promulgado em 13 de julho de 1990 por meio da lei 8.069, foi importante para a consolidação dos direitos dos adolescentes, visto que discorre sobre a proteção de direitos em todas as esferas sociais. Apesar de ser uma lei recente, obteve mudanças significativas no que se refere à medida de proteção. A UNACAS foi criada justamente para suprir as demandas dos adolescentes que estão em situação de rua, para resguardar o direito ao respeito, à dignidade e ao direito de ser educado e cuidado, conforme previstos nos artigos 17, 18 e 18-A do ECA.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

No que se referem às políticas sociais, os adolescentes da UNACAS têm acesso apenas às políticas de saúde, educação e assistência social. Entende-se que, para a desvinculação da rua, são necessárias políticas que viabilizam o acesso ao trabalho, ao lazer, à cultura, a fim de garantir a emancipação e autonomia dos adolescentes.

A análise dos prontuários, relatórios e pareceres revelou que há intervenção dos profissionais com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares, inserir os adolescentes em programas sociais a fim de prepará-los para o mercado de trabalho, garantir o acesso à escola e outras intervenções surgidas no cotidiano dos adolescentes. Entretanto essas intervenções são fragilizadas mediante a falta de articulação das políticas que são mal executadas pelo Estado.

Assim, este estudo buscou desvelar os caminhos da rua dos adolescentes no Distrito Federal- DF, na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua-UNACAS, no período de agosto de dois mil e quatorze a março de dois mil e quinze. Com a convicção que a hipótese da pesquisa foi confirmada, os motivos que conduzem os adolescentes atendidos pela UNACAS à situação rua são: insuficiência de renda familiar, a falta de políticas públicas acessíveis, a baixa escolaridade, os vínculos familiares rompidos, abandono familiar, violência doméstica e a exploração sexual.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Política social: fundamentos e história/Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti- 6. Ed- São Paul: Cortez, 2009.
- BOOTH, W.C; COLOMB, G. G. WILLIAMS , Joseph. A Arte da Pesquisa. 3ª edição. São Paulo. Editor Martins Fontes,2008.
- BOSCHETTI, Ivanete, Políticas de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas sociais / *Economic Development Policies and Implications for Social Policies*, SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (Orgs). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez. 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado,1998.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Cortez, 1990.
- BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 jun. 2015.
- ESCOREL, Sarah. Vidas ao Léu: trajetória de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz,1999.
- FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- FUKUDA, Cláudia Cristina; PENSO, Maria Aparecida; SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais. Arq. bras. psicol, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, jun. 2013 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 jun. 2015.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais – CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB – 2009

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. IN: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, P.701-717.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social: Esboço de uma interpretação histórico metodológica. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela, O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais⁸⁵ / Brazil of inequalities: “social question”, work and social relations, SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013

Lessa, S. Mundo dos homens - Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sérgio. Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

Meninos e meninas em situação de rua: políticas integradas para a garantia de direitos / PAICA-Rua (org.) São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2006. (Série Fazer Valer os Direitos, v. 2).

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo- Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?. In: Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239- 262, jul/set, 1993.

NETTO, J. Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO. J. Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social) v. 1. Cap. I. p.29-48. 2008.

NETTO. José Paulo. Introdução ao método da teoria social. CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direito sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, P.668-700.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

Racismos contemporâneo/ organização Ashoka Empreendedores sociais e Takano cidadania- Rio de Janeiro: Takano Ed. 2003

RIZZINI, Irene Pilotti, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Del Niño, Santa Úrsula, Amais, 1995.

SALES, MIONE APOLINARIO. (in) visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência/ São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Lucia Lopes. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Evaldo. Os direitos e a política social. 3ed, São Paulo: Cortez, 2009.

Anexo I



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Brasília, 20 de maio de 2015.

Ilma. Sra. **Andrezza Thiaky Shiba**

Coordenadora da Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua -
UNACAS

Vimos, por meio desta, apresentar a aluna **Daiara Leite da Silva** que cursa, durante o período de 9 de março a 9 de julho de 2015, a disciplina **Trabalho de Conclusão de Curso** de graduação em **Serviço Social, na Universidade de Brasília (UnB)** e que está sob minha orientação acadêmica, Prof^a Dr^a **Maria Lucia Lopes da Silva** (Currículo lattes sob o identificador: 6985760672107950).

A mencionada disciplina integra o currículo do curso supracitado oferecido pela Universidade de Brasília, por meio de seu Departamento de Serviço Social – IH/SER É obrigatória para a conclusão do curso a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como monografia,

e que para que isso ocorra o aluno está elaborando a seguinte pesquisa: **Os caminhos da rua dos adolescentes no Distrito Federal: Um estudo específico na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua (UNACAS), no período de Agosto de 2014 a Março de 2015.** Para cumprir esta etapa do curso e os objetivos do trabalho, esperamos contar com o apoio de V.S^a., recebendo e apoiando a aluna no desenvolvimento da atividade acadêmica cuja participação lhe foi requerida. Na expectativa de poder contar com a colaboração de V. S^a. nesta importante atividade de formação acadêmica de novos bacharéis em serviço social , agradecemos antecipadamente a atenção e a colaboração.

Atenciosamente,



Prof^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva

Mat.FUB. 1059548

Orientadora

Anexo II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Os caminhos da rua dos adolescentes no Distrito Federal: Um estudo específico na Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua (UNACAS), no período de Agosto de 2014 a Março de 2015” de responsabilidade de Daiara Leite Da Silva, aluna de graduação, da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é identificar as causas de situação de rua dos adolescentes no Distrito Federal – DF que frequentaram a UNACAS no período de agosto de 2014 a março de 2015. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 8203-1823 ou pelo e-mail daiaraleit@gmail.com

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, _____ de _____ de _____.

Anexo III

Especialista - Psicólogo

Questionário para identificar os determinantes da situação de rua dos adolescentes da Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua-UNACAS.

O objetivo deste questionário é identificar os determinantes da condição de rua dos adolescentes atendidos pela Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS no Distrito Federal- DF.

Dentre as afirmações abaixo assinale a opção que julgar mais apropriada à realidade dos adolescentes atendidos pela UNACAS.

1. Os adolescentes tornam-se mais agressivo por estarem em situação de rua.

() Concordo Plenamente () Concordo () Discordo () Discordo plenamente () N.A

() Concordo Parcialmente

Justificativa:

2. O uso de álcool e drogas altera o comportamento psicossocial dos adolescentes da UNACAS.

() Concordo Plenamente () Concordo () Discordo () Discordo plenamente () N.A

() Concordo Parcialmente

Justificativa:

3. A invisibilidade social atrasa a busca pela autonomia dos adolescentes da UNACAS.

() Concordo Plenamente () Concordo () Discordo () Discordo plenamente () N.A

() Concordo Parcialmente

Justificativa:

4. A recolocação do adolescente no âmbito familiar é possível, mesmo com a fragilidade dos vínculos familiares decorrentes da a situação de rua.

Concordo Plenamente Concordo Discordo Discordo plenamente N.A

Concordo Parcialmente

Justificativa:

5. As violações de direitos geram danos que dificultam a saída da rua dos adolescentes atendidos pela UNACAS.

Concordo Plenamente Concordo Discordo Discordo plenamente N.A

Concordo Parcialmente

Justificativa:

6. No que se refere à cor dos adolescentes atendidos pela UNACAS a predominância é:

Negros pardos Brancos Indígenas Amarelo

7. No que se refere à escolaridade dos adolescentes atendidos pela UNACAS a predominância é:

analfabeto funcional

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

8. Os adolescentes acolhidos na UNACAS têm como cidade de origem (múltipla escolha):

Ceilândia-DF Samambaia-DF Taguatinga- DF Paranoá-DF

Luziânia GO Jardim Ingá GO Águas Lindas-GO

Outras cidades, de outros estados ou cidade satélite do DF:

9. O uso de drogas e álcool é comum entre os adolescentes da UNACAS.

Concordo Plenamente Concordo Discordo Discordo plenamente N.A

Concordo Parcialmente

Justificativa:

10. Os adolescentes da UNACAS cumprem ou já cumpriram medida socioeducativa.

Concordo Plenamente Concordo Discordo Discordo plenamente N.A

Concordo Parcialmente

Justificativa: _____

11. Entre as violações de direitos a vividas pelos adolescentes em situação de rua atendidos pela UNACAS encontram-se:

Abuso e exploração sexual

Não acesso às prerrogativas previstas pelo ECA

Não acesso às políticas sociais - saúde, educação, moradia, etc.

não garantia da integridade física

Rompimento dos vínculos familiares

Outras:

12. O acesso às políticas de cultura, lazer e esporte pode influenciar no processo de sensibilização e saída da situação de rua.

Concordo Plenamente Concordo Indiferente Discordo Discordo plenamente N.A Concordo Parcialmente

Justificativa:

13. As políticas públicas ofertadas pelo Governo do Distrito Federal - GDF para crianças e adolescentes são suficientes para romper o vínculo dos adolescentes da UNACAS com a rua.

Concordo Plenamente Concordo Indiferente Discordo Discordo plenamente N.A Concordo Parcialmente

Justificativa:

14. Quais os principais motivos para a situação de rua dos adolescentes da UNACAS?

15. O uso de drogas e álcool é um fator que influencia esses adolescentes a permanecerem na rua? Justifique.

16. O rompimento dos vínculos familiares é determinante para os adolescentes acolhidos na UNACAS estarem em situação de rua? Justifique

Anexo IV

Especialista em Assistência Social - Assistente Social

Questionário para identificar os determinantes da situação de rua dos adolescentes da Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua-UNACAS.

O objetivo deste questionário é identificar os determinantes da condição de rua dos adolescentes atendidos pela Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS no Distrito Federal- DF.

Dentre as afirmações abaixo assinale a opção que julgar mais apropriada à realidade dos adolescentes atendidos pela UNACAS.

1. A violência doméstica é constantemente relatada pelos adolescentes como um dos motivos que os levaram a fazer da rua sua moradia.

() Concordo Plenamente () Concordo () Discordo () Discordo plenamente () N.A

() Concordo Parcialmente

Justificativa:

2. Entre as violações de direitos, as vividas pelos adolescentes em situação de rua atendidos pela UNACAS encontram-se:

() abuso e exploração sexual

() não acesso às prerrogativas previstas pelo ECA

() Não acesso às políticas sociais - saúde, educação, moradia, lazer.

() não garantia da integridade física.

Outros:

3. Os adolescentes acolhidos na UNACAS têm como cidade de origem (múltipla escolha):

() Ceilândia-DF () Samambaia-DF () Taguatinga- DF () Paranoá-DF

() Luziânia-GO () Jardim Ingá GO () Águas Lindas-GO

Outras cidades, de outros estados ou cidade satélite do DF:

4. Os adolescentes da UNACAS cumprem ou já cumpriram medida socioeducativa.

Concordo Plenamente Concordo Discordo Discordo plenamente N.A
 Concordo Parcialmente

Justificativa:

5. No que se refere à cor dos adolescentes atendidos pela UNACAS a predominância é:

Negros pardos Brancos Indígenas Amarelo

6. No que se refere à escolaridade dos adolescentes atendidos pela UNACAS a predominância é:

analfabeto funcional
 Ensino fundamental incompleto
 Ensino fundamental completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo

7. O acesso às políticas de cultura, lazer e esporte pode influenciar no processo de sensibilização e saída da situação de rua.

Concordo Plenamente Concordo Indiferente Discordo Discordo plenamente N.A Concordo Parcialmente

Justificativa:

8. As políticas públicas do Governo do Distrito Federal - GDF para crianças e adolescentes são suficientes para romper o vínculo dos adolescentes da UNACAS com a rua.

() Concordo Plenamente () Concordo () Indiferente () Discordo () Discordo plenamente () N.A () Concordo Parcialmente

Justificativa:

9. As políticas públicas do Governo do Distrito Federal - GDF viabilizam o acesso aos direitos desses adolescentes conforme previsto no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

() Concordo Plenamente () Concordo () Indiferente () Discordo () Discordo plenamente () N.A () Concordo Parcialmente

Justificativa:

10. O rompimento dos vínculos familiares é determinante para os adolescentes acolhidos na UNACAS estarem em situação de rua? Justifique.

11. Quais os fatores predominantes identificáveis que conduz os adolescentes acolhidos na UNACAS à situação de rua?

12. O uso de drogas e álcool é um fator que influencia esses adolescentes a permanecerem na rua? Justifique.

Anexo V

Técnico - Cuidador Social

Questionário para identificar os determinantes da situação de rua dos adolescentes da Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS.

O objetivo deste questionário é identificar os determinantes da condição de rua dos adolescentes atendidos pela Unidade de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS no Distrito Federal- DF.

Dentre as afirmações abaixo assinale a opção que julgar mais apropriada à realidade dos adolescentes atendidos pela UNACAS.

1. Os adolescentes da UNACAS relatam ter passado por necessidades básicas, tais como fome, frio, sede, insegurança quando estavam em situação de rua.

Concordo Plenamente Concordo Discordo Discordo plenamente N.A
 Concordo Parcialmente

Justificativa:

2. As principais características do primeiro contato com os adolescentes atendidos pela UNACAS, manifestas por eles, são:

repulsão aceitação indiferença vontade de sair da rua Agressividade

Outras:

3. No que se refere à cor dos adolescentes atendidos pela UNACAS a predominância é:

Negro e pardos Brancos Indígenas Amarelo

4. No que se refere à escolaridade dos adolescentes atendidos pela UNACAS a predominância é:

analfabeto funcional
 Ensino fundamental incompleto
 Ensino fundamental completo
 Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

5. No que se refere à higiene pessoal, os adolescentes atendidos pela UNACAS :

- Não possuem nenhuma noção
- Possuem noção de higiene
- Possuem noção de higiene, mas não a prática.
- possuem noção de higiene e a prática

6. No que se refere às regras de convivência adotadas pela UNACAS, os adolescente (múltipla escolha):

- Já chegam com noção previa
- Não tem nenhuma informação anterior
- Tem dificuldade de aceitação
- Aceitam plenamente sem objeção
- Participam da definição
- contribuem para modificação

7. Na atuação do cuidador social na UNACAS é possível identificar a eficácia das políticas públicas do Governo do Distrito Federal-GDF direcionadas aos adolescentes em situação de rua.

- Concordo Plenamente Concordo Discordo Discordo plenamente N.A
- Concordo Parcialmente

Justificativa:

8. Os adolescentes acolhidos na UNACAS têm como cidade de origem (múltipla escolha):

- Ceilândia-DF Samambaia-DF Taguatinga- DF Paranoá-DF
- Luziânia-GO Jardim Ingá GO Águas Lindas-GO

Outras cidades, de outros estados ou cidade satélite do DF:

9. Os adolescentes da UNACAS cumprem ou já cumpriram medida socioeducativa.

- Concordo Plenamente Concordo Discordo Discordo plenamente N.A
- Concordo Parcialmente

Justificativa:

10. Em sua opinião quais os principais motivos que conduzem os adolescentes às ruas?

11. Os adolescentes da UNACAS buscam ou manifestam interesse em manter os vínculos familiares? De que forma esse interesse é identificado?
